



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVILMENTO DO CAMPO(FADECAM)
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO (PROCAMPO)
ÊNFASE EM CIÊNCIAS NATURAIS

ELIANE DOS SANTOS DE ABREU

AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O
CASO DA COOPERATIVA DE FRUTICULTORES DE ABAETETUBA – COFRUTA-PA

ABAETETUBA/PA

2019

ELIANE DOS SANTOS DE ABREU

AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O
CASO DA COOPERATIVA DE FRUTICULTORES DE ABAETETUBA – COFRUTA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
Requisito para obtenção do grau de licenciado em
educação do campo na Universidade Federal do
Pará.

Orientadora: Prof.^a Magda Franciane Nascimento
Alexandre

Co-orientadora: Prof.^a Mayane de Souza Barbosa

ABAETETUBA/PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A162e Abreu, Eliane dos Santos de
 As estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar: : O
 caso da cooperativa de fruticultores de Abaetetuba-COFRUTA-PA
 / Eliane dos Santos de Abreu. — 2019.
 61 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^ª. MSc. Magda Franciane Nascimento
 Alexandre

 Coorientador(a): Prof^ª. MSc. Mayane de Souza Barbosa
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de
 Educação do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba,
 Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

 1. cooperativismo, . 2. economia solidária,. 3. resistência. I.
 Título.

CDD 334.09811

ELIANE DOS SANTOS DE ABREU

AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O
CASO DA COOPERATIVA DE FRUTICULTORES DE ABAETETUBA – COFRUTA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
Requisito para obtenção do grau de licenciado em
educação do campo com ênfase em ciências naturais
na Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Ms.^a Magda Franciane
Nascimento Alexandre.

Co-orientadora: Prof.^a Ms.^a Mayane de Souza
Barbosa.

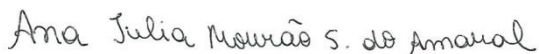
Aprovado em: _____ de _____ de 2019.

Banca Examinadora:



Prof.^a Ma Magda Franciane Nascimento Alexandre
Orientadora – UFPA

Prof.^a Ma Mayane de Souza Barbosa
Co-orientadora – UFPA



Prof.a Ma. Ana Júlia Mourão Salheb do Amaral
Examinador – UFPA



Prof. Me. Rafael Bastos Ferreira
Examinador – UFPA

ABAETETUBA/PA
2019

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente por não me deixar desistir dos meus sonhos e por me dar força nos momentos bons e ruins.

A professora Ma. Magda Franciane Nascimento Alexandre pela orientação, incentivo e rigor científico que me permitiram superar barreiras na busca de conhecimentos, pelo apoio e confiança depositada em mim para conclusão deste trabalho e a quem serei eternamente grata e tomarei como exemplo de profissional. A professora Ma. Mayane de Souza Barbosa pela co-orientação e necessárias contribuições científicas.

A cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba, na pessoa de seu Presidente Raimundo Brito e toda a Diretoria, assim como todos os cooperados que fizeram parte da pesquisa, solícitos a respostas dos questionários.

A minha família pelo apoio em todas as etapas da minha jornada acadêmica, em especial a figura da minha mãe, que incondicionalmente sempre teve fé e nunca deixou de me apoiar mesmo quando eu estava desacreditada. Aos meus tios Daniel e Nazaré que sempre me ajudaram nos momentos mais difíceis de saúde e economicamente. A minha avó Gersina pelos conselhos e carinho me fazendo crescer como pessoa. As minhas primas e primos pela descontração nos momentos de estresse, as minhas amigas de vida pelas conversas e apoio nas horas tristes.

Aos meus colegas de graduação em especial aos meus amigos/anjos Anderson Costa, Edineuza Pantoja, Jeysse Aquino, Valdelice Amaral e Suzilene Trindade que moraram comigo durante toda a faculdade e que se transformaram em família e que me fortaleceram no momento mais difícil da minha vida e estarão para sempre em meu coração. A minha amiga Adrya por me ouvir e apoiar sempre.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para que este trabalho pudesse acontecer. Foram muitos momentos difíceis e muitas barreiras a serem ultrapassadas no decorrer do caminho por isso a gratidão a Deus e a minha família que presenciaram tudo. Foram muitas lágrimas, muito aprendizado e ensinamentos que hoje culminam com a realização e conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	12
2.1 GERAL	12
2.2 ESPECÍFICOS	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 SURGIMENTO DA DISCUSSÃO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	12
3.2 DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	15
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	18
4. METODOLOGIA	23
4.1 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 ANÁLISE HISTÓRICA DA COFRUTA	26
5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS	29
5.3 ESTRATÉGIA SOCIAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COFRUTA	36
5.4 ANÁLISE ECONÔMICA DA COFRUTA: COMERCIALIZAÇÃO, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, INCUBAÇÃO E PRODUÇÃO	41
5.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA COFRUTA	45
5.5.1 Desafios dos cooperados	45
5.5.2 Perspectivas para a sustentabilidade da COFRUTA	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
ADEMPA	Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba
ADEPARÀ	Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ANVISA	Agencia de Vigilância Sanitária
BF	Bolsa família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
COFRUTA	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
ITCPES	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
IMO	Instituto de Mercado Ecológico
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIRITIFEST	Festival do Miriti
PAA	Programa de Aquisição de alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SIT	Sistema de Informação Territorial
STRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba
UCODEP	Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos
UE	União Europeia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1	Mapa de localização da COFRUTA em Abaetetuba	25
Figura 2	Mapa de localização dos cooperados e fornecedores da COFRUTA no Estado do Pará.	35
Figura 3	Cidades e tipos de frutas comercializadas para a COFRUTA.	43
Gráfico 1	Intervalo de idade dos cooperados entrevistados	30
Gráfico 2	Número de pessoas que constituem as famílias entrevistadas	31
Gráfico 3	Profissão e autodefinição dos cooperados entrevistados	33
Gráfico 4	Composição da renda dos cooperados entrevistados.	34
Tabela 1	Bens e benfeitorias nas áreas dos cooperados entrevistados.	32
Tabela 2	Número de capacitações, quantidades e entidades promotoras	38
Tabela 3	Importância da COFRUTA segundo seus cooperados	39
Tabela 4	Produtos, subprodutos e resíduos gerados na COFRUTA.	47
Quadro 1	Diferenças e proximidades entre Associativismo e Cooperativismo	16
Quadro 2	Variação da produção, tipos e quantidades de produtos comercializados pela COFRUTA entre os anos de 2002 e 2019	42

RESUMO

A agricultura familiar vem com o passar dos anos buscando novas estratégias socioeconômicas para se reproduzir, o que levou a criação de novas formas organizativas como as cooperativas. O presente trabalho objetiva analisar as estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar através da Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba no estado do Pará. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizada com a aplicação de 21 questionários semiestruturados aos cooperados. A agricultura familiar por meio da COFRUTA desenvolveu nove estratégias socioeconômicas e culturais para sua sustentação e bem estar. O cooperativismo é apresentado como um importante instrumento usado no fortalecimento da agricultura familiar possibilitando o desenvolvimento de entidades que buscam o fortalecimento do coletivo e a manutenção do camponês mediante resistência as desigualdades e invisibilidades geradas por uma sociedade capitalista.

Palavras-chave: cooperativismo, economia solidária, resistência.

ABSTRACT

Family farming has been over the years seeking new socioeconomic strategies to reproduce, which led to the creation of new organizational forms such as cooperatives. The present work aims to analyze the social and economic strategies of family farming through the Abaetetuba Fruit Growers Cooperative in the state of Pará. The methodology used was bibliographic research and field research, carried out with the application of 21 semi-structured questionnaires to the members. Family farming through COFRUTA has developed nine socio-economic and cultural strategies for their support and well-being. Cooperativism is presented as an important instrument used in the strengthening of family farming, enabling the development of entities that seek the strengthening of the collective and the maintenance of the peasant through resistance to the inequalities and invisibilities generated by a capitalist society.

Kay-Words: cooperativism, solidarity economy, resistance.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo mostrou-se no decorrer dos anos como um dos modos mais eficazes de organização e valorização social, de obtenção de conhecimentos e garantias de direitos historicamente negados a sociedade civil em especial ao campesinato, de agregação de valores a produtos e serviços oriundos da produção rural. Desde os primórdios a sociedade aprendeu que juntos tornam-se mais fortes, um exemplo claro disso são os homens pré-históricos que reuniram-se em grupos para se proteger de animais selvagens e mais tardiamente cultivar alimentos para a sua alimentação. (BRASIL, 2008).

As cooperativas surgem com intuito de sustentabilidade, ou seja, busca propiciar aos membros uma melhor qualidade de vida através da valorização de seus produtos, da formação profissional e organização. Neste contexto é criada no baixo Tocantins mais especificamente no município de Abaetetuba no estado do Pará, em 02 de maio de 2002, a cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), que tem como objetivo incentivar a produção da agricultura familiar, o beneficiamento de produtos, a buscar de mercados para comercialização, qualificação profissional para seus cooperados, acesso ao crédito e melhoria da qualidade de vida com os princípios sustentáveis (SANTOS et al., 2014).

Para que o cooperativismo aconteça de forma eficaz e mude radicalmente a realidade social é necessário o engajamento de pessoas e entidades envolvidas com interesses coletivos e, que, a partir da vivência produza conhecimentos organizacionais e políticas sociais capazes de beneficiar o coletivo. Um bom exemplo são os movimentos sociais. Para Junqueira (2001, p. 26) as organizações sociais desempenham um papel muito importante para a cidadania, visto que a “complexidade dos problemas sociais exige vários olhares, diversas maneiras de abordá-los, aglutinando saberes e práticas para o entendimento e a construção integrada de soluções que garantam à população uma vida com qualidade”.

Falar de organizações sociais e produção da agricultura familiar é suscitar o debate de segurança alimentar que é colocado como um grande desafio para o Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação¹:

[...] o acesso à alimentação adequada e saudável, que seja dada de forma permanente e sustentável, como articulado claramente pela construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Esse desafio envolve a institucionalização e a gestão do Sistema Nacional de SAN (SISAN) com a missão de fortalecer a

¹ Disponível em: www.fao.org/brasil. Acesso 10/09/19.

noção do direito humano à alimentação adequada vista por meio de programas e ações públicas. No entanto, a consolidação das formas de proteção, respeito, provimento e exigibilidade do direito à alimentação não constitui uma tarefa simples. Fica ainda muito mais complexa se for vista qualitativamente como a promoção de uma alimentação adequada e saudável.

O que demonstra os desafios não somente produtivos, mais a nível de organização coletiva que serão empreitados pela agricultura familiar para conseguir alcançar seus objetivos comuns em articulação com as políticas públicas.

Valendo-se do princípio cooperativista de “que juntos somos mais fortes”, nos anos de 1997 a 2002 foi promovido juntamente com as comunidades da região do entorno do Centro de Formação e Tecnologia TIPITI, que abrigava as reuniões e formações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA) em parceria da Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (ADEMPA), formações para grupos comunitários com o intuito de ensinar a produção de xaropes, geleias e farinha de coco, medida adotada para uso das frutas produzidas pelos seus associados e que até então não valorizadas pelo comércio local. Estes grupos eram em sua grande maioria formado por mulheres, tanto que foram as primeiras a trabalhar na unidade industrial da COFRUTA. Do total de participantes foram selecionadas pessoas para aprofundamento das técnicas aprendidas e para posteriormente comercializar suas produções nas feiras e eventos promovidos no estado, medida esta que gerou um grande potencial e novas perspectivas, o que desencadeou a necessidade de criação da cooperativa. Uma dessas mulheres é a minha mãe, e sua participação fez com que nós filhos se envolvessem nos processos produtivos que promoveram transformações em nossa realidade, motivo principal do tema escolhido, já que a melhoria da cooperativa está diretamente ligada com melhoria da qualidade da vida dos que dela fazem parte.

A Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba - COFRUTA possui 17 anos de funcionamento, foi legalizada no ano de 2002 e passou por um longo processo de evolução, que contou com a participação e o acompanhamento por parte de entidades que buscavam a qualificação dos sócios e coordenação sobre os processos produtivos, manipulação e uso de equipamentos e acesso a mercados, processo denominado “incubação”. No ano de 2015 as incubadoras deixam de acompanhar a COFRUTA e esta segue por conta própria. Um histórico muito rico que necessita ser investigado. Por esta razão buscamos a compreensão das estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares para se manter no mercado a tanto tempo, quais estratégias deram certo e permanecem e quais deveriam ser seguidas e não tiveram continuidade, enfim, conhecer a atual situação da cooperativa e de seus associados.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

- ✓ Investigar e compreender as estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar por meio da Cooperativa de fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA, quais benefícios e dificuldades para se manter no mercado e promover melhorias para seus cooperados.

2.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Detectar e descrever as estratégias sociais e econômicas dos (as) agricultores familiares cooperados (as)
- ✓ Analisar dados sobre a comercialização, estrutura, organização, incubação e produção da COFRUTA;
- ✓ Identificar fragilidades e pontos fortes da COFUTA na melhoria social e econômica de seus cooperados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SURGIMENTO DA DISCUSSÃO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

Baseado no Socialismo Utópico, o cooperativismo surgiu no século XIX como movimento de reação e busca de solução para os problemas socioeconômicos oriundos do liberalismo econômico e da Revolução Industrial. (SABOURIN, 2006, p. 14).

Em 1844 um pequeno número de trabalhadores fundou em Rochdale uma cooperativa de consumo partidários dos princípios de Owen. A cooperativa cresceu muito alcançando dezenas de milhares de sócios e representou um importante mercado consumidor. Os seus fundadores ficaram conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale” e criaram diversas outras cooperativas de produção, como a de fiação, tecelagem, habitação etc. O exemplo de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas, se difundiu pela Inglaterra e outros países. Em 1895 foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que, desde então, congrega as entidades cooperativas de todo o mundo. (SCOPINHO, 2007, p. 47).

Para Damasceno (2009, p. 14) “no Brasil, o cooperativismo e o associativismo estiveram presentes desde a época colonial, porém ligados as bases religiosas ou raciais, sem vínculos com a pluralidade social ou a rentabilidade econômica”.

Registros históricos indicam que a primeira cooperativa brasileira foi fundada por funcionários públicos de Ouro Preto, Minas Gerais, em 27 de outubro de 1889. Estas são mais ligadas as questões de consumo. Já as cooperativas agrícolas surgem a partir de 1902 com a criação das primeiras caixas rurais Raiffeisen, no Rio Grande do Sul, através do trabalho do padre Theodore Amstead, estas mais ligadas a defesa dos pequenos produtores para enfrentar a ação dos intermediários durante o período de comercialização dos excedentes de safras (SERRA, 2013, p. 14). Sendo que estas últimas tiveram maior desenvolvimento, já que as de consumo acabaram, anos mais tarde, sendo compradas por mercados de grande porte. (SABOURIN, 2006, p.77).

Serra (2013, p. 16) sobre o surgimento das cooperativas nos diz que:

Na década de 1930, com a crise econômica que levou ao aniquilamento do comércio mundial e à derrocada da oligarquia agrária brasileira, o País foi levado a redirecionar o seu modelo de desenvolvimento econômico no sentido de substituir a importação de bens duráveis pela industrialização. No contexto da crise, o café, então o principal produto de exportação do Brasil, ficou sem mercado, o que levou o Estado a adotar como complementos à política de substituição de importações medidas destinadas a organizar o sistema de produção agrícola. Uma dessas medidas foi direcionada a estimular a constituição e o funcionamento de cooperativas agrícolas (Decreto 22.239/1932), através do qual o Estado passou a regular a constituição de cooperativas e incentivar a sua expansão. (SERRA, 2013, p. 16).

No Brasil a partir de 1970 “que melhor se estruturou o cooperativismo com a criação das cooperativas agrícolas, de mineração, de trabalho” resultado direto da política de integração e povoamento da Amazônia, que se estende nos anos de 1980 para a organização de cooperativas junto as comunidades indígenas (SABOURIN, 2006, p. 16). As variadas experiências existentes eram principalmente de cooperativas de crédito, habitacional e agrícola e posteriormente a década de 1980 as cooperativas de trabalho e de produção começam a se organizar e a ganhar visibilidade (LIMA, 2004, p. 50). Em decorrência do fim do ciclo de crescimento da economia brasileira que levou a uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro que gerou a precarização do emprego e diminuiu o assalariamento, evidenciando um aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores por conta própria, ou seja, cada vez mais trabalhadores sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. O que levou a

percepção de que o crescimento econômico não era garantia de redução das desigualdades sociais (AMORIM; ARAÚJO, 2004, p. 47-48).

Com intuito de fomentar o debate do cooperativismo o Brasil se insere na Aliança Cooperativa Internacional –ACI em 1989, porém é somente no ano de 1992 que consegue eleger um responsável para o cargo de direção desta entidade. É neste período, que se estrutura o sétimo princípio do cooperativismo “interesse pela comunidade” (MAPA, 2006). Mas, é no ano de 2001 durante o Fórum Social Mundial (FSM) cujo tema foi a Economia Popular Solidária com a maior abrangência das políticas públicas para atender as demandas sociais que se estruturou uma tradição para mesclar as reflexões teóricas com as experiências concretas em economia solidária. O que se estendeu nos próximos eventos e culminou no lançamento do documento de “Princípios da Economia Solidária” (AMORIM; ARAÚJO, 2004, p. 48-49) quais sejam:

- A valorização social do trabalho humano.
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica.
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza.
- *Os valores da cooperação e da solidariedade.*

A economia solidária é uma ferramenta necessária ao cooperativismo e o associativismo. No Brasil, por mais que estes tenham sido incentivados pelo Estado principalmente com a economia sendo baseada na agricultura, utilizando-os como movimento para expansão das áreas agrícolas para consolidar o modo de produção capitalista, pois esse modelo organizativo é considerado uma ameaça aos interesses da classe dominante (OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 73-74), é possível verificar mudanças positivas com a inserção dos movimentos populares nesses processos organizativos e decisórios pois segundo Amorim e Araújo (2004, p. 51) implementa-se “uma cultura de cooperação, em contraposição a uma cultura de subordinação” o que as tornaram-se saídas viáveis.

Com base nos estudos acima apresentados é possível compreender que mesmo com a intensa intervenção do Estado para manter as bases produtivas no Campo subordinadas ao capital, a cooperação tornou-se um importante instrumento de enfrentamento que as unidades familiares produtivas utilizam para que alcancem um desenvolvimento sustentável baseado na preservação dos recursos naturais biodiversos (REIS, 2015, BRASIL 2012). No entanto, para que sejam alcançados benefícios comuns é necessário que as decisões e ações escolhidas sejam baseadas na coletividade (BRASIL, 2008) assim como “nos valores de solidariedade,

respeito, igualdade e co-responsabilidade (no sentido de todas e todos assumirem suas responsabilidades tanto na contribuição as crises sociais e ambientais como à superação delas)” (ALEXANDRE, 2017, p. 154).

3.2 DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para autores como Silva (2007, p. 11) o termo cooperativismo,

[...] é um sistema econômico e social que tem como base de todas as suas atividades, as cooperativas. É uma forma de se organizar através da união de pessoas com o objetivo de difundir ideias para atingir o desenvolvimento financeiro, econômico e social.

O que tem uma relação tênue com o associativismo que “pode ser entendido como uma forma de organização em constante e permanente integração e que tem como finalidade, conseguir benefícios comuns através de ações coletivas” (SANTOS et al., 2007, p. 5). Para Brasil (2008, p. 5) o associativismo seria,

[...] mais uma forma de participação social e objetiva provocar o debate, a troca de idéias, sobre as possibilidades de organização e os benefícios resultantes da atuação coletiva. Analisando-se o desenvolvimento das sociedades podemos afirmar que a prática da cooperação demonstra que o grupo é muito mais que a simples soma dos indivíduos, pois permite conquistar, e não esperar, por melhores dias.

Ou seja, uma situação que promove o trabalho coletivo tendo em vista um benefício comum. Algo que pode ser uma evolução natural da história humana na terra, onde a cooperação para conseguir alimentos era uma atividade comumente desenvolvida (OLIVEIRA; SANTOS, 2012). E apontada como o caminho ideal para construção de uma sociedade mais justa pois é a ponte entre o bem estar coletivo e o mercado (BRASIL, 2006).

É comum haver confusões entre o conceito de cooperativismos e associativismo, ambos tem ligação com um tipo de organização coletiva, mas se diferenciam como mostra o Quadro 1 em relação ao conceito e organicidade principalmente as referentes a formação, ao patrimônio, a representação, a contabilidade, aos resultados financeiros e a tributação. A associação pode apenas representar os interesses dos associados em casos específicos como obtenção de maquinários, programas sociais como o minha casa, minha vida, seguro defeso, entre outros. Enquanto que a cooperativa busca a melhoria da qualidade de vida de seus

membros nos aspectos econômicos, sociais, produtivos, enfim, uma maior complexidade com viés para a sustentabilidade através da inserção no mercado.

Quadro 1: Diferenças e proximidades entre Associativismo e Cooperativismo.

DIFERENÇAS/ PROXIMIDADES	COOPERATIVISMO	ASSOCIATIVISMO
Conceito	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos.	Sociedade civil sem fins lucrativos.
Finalidade	• Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização de acordo com os interesses de seus cooperados. • Atuar em nível de mercado. • Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.	• Representar e defender os interesses dos associados. • Estimular a melhoria técnica, profissional, econômica e social dos associados.
Legislação	• Constituição (art.5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2ª). • Código Civil. • Lei nº 5.764/71.	• Constituição (art.5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2ª). • Código Civil.
Formação	• Mínimo de 20 pessoas	• Mínimo de duas pessoas.
Procedimentos	• Aprovação do estatuto, em assembléia-geral, pelos cooperados • Eleição do conselho de administração e fiscal • Elaboração da ata de fundação • Registro do estatuto e da fundação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca • Registro na junta Comercial para obtenção de CNPJ na Receita Federal • Registro no INSS e Ministério do trabalho • Alvará da prefeitura • Abertura de livros: ata e caixa	• Aprovação do estatuto, em assembléia geral, pelos associados • Eleição da diretoria • Elaboração da ata de fundação • Registro do estatuto e ata de fundação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca • CNPJ na Receita Federal • Registro no INSS e Ministério do Trabalho • Abertura de livros: ata e caixa
Patrimônio	• Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. • O capital social é formado por quotas-partes ou pode ser substituído por doações, empréstimos e processos de capitalização.	• Seu patrimônio é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.
Representação	• Pode representar os associados em ações coletivas de interesse. • São representadas, conforme lei vigente, nacionalmente, pela organização das cooperativas Brasileiras e no nível estadual, pela Organização das Cooperativas Estaduais.	• Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. • São representadas por federações e confederações.
Participação democrática	• Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto.	• Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto.
Abrangência	• Área de atuação limita-se a seus objetivos.	• Área de atuação limita-se a seus objetivos.
Operações	• Realiza plena atividade comercialização. • Realiza operações financeiras, bancárias e pode se candidatar a empréstimos e aquisições do governo federal. • As cooperativas de produtores rurais são beneficiárias do crédito rural de repasse.	• Auxilia no processo de comercialização dos associados. • Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.
Responsabilidade	• Os resultados das atividades da cooperativa são de responsabilidade dos associados.	• Os resultados das atividades da associação são de responsabilidade dos associados.

Remuneração	• Os dirigentes são remunerados com retiradas mensais “pró-labore”, definidas pela assembléia.	• Os dirigentes têm ou não, conforme estatuto, remuneração pelo exercício de suas funções, recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho de seus cargos.
Contabilidade	• A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios.	• Escrituração contábil simplificada.
Resultados financeiros	• Após decisões em assembléia geral, as possíveis sobras podem ser divididas de acordo com o volume negócios do associado com a cooperativa. É obrigatória a destinação de 10% para o fundo de reserva e 5% para o fundo educacional e social.	• As possíveis sobras das operações financeiras não são divididas entre os sócios, sendo aplicadas na própria associação.
Tributação	• Não paga impostos de renda sobre suas operações com os associados. Deve recolher o imposto de renda na fonte sobre operações com terceiros. • Paga as taxas e impostos decorrentes das ações comerciais.	• Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.
Fiscalização	• Pode ser fiscalizada pela prefeitura, Fazenda Estadual, (nas operações de comércio), INSS, Ministério do trabalho e Receita Federal.	• Pode ser fiscalizada pela prefeitura, Fazenda Estadual, INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal.
Dissolução	• Definida em assembléia geral ou mediante processo judicial. Neste caso, é nomeado um liquidante.	• Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial realizada por representante do Ministério Público.

Fonte: Brasil/MAPA, 2008.

No aspecto econômico, cooperar é um modo de organizar e administrar a produção que, através da divisão social do trabalho e da autogestão, soma esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para produzir, individual e/ou coletivamente (SCOPINHO, 2007, p. 87). Moraes *et al.* (2006) ressalta que um dos princípios do cooperativismo é o da participação, do controle e da gestão democrática das organizações.

Os autores supracitados nos apontam a importância do cooperativismo que fortalece a organização social, promove uma divisão equitativa do trabalho, da gestão e dos benefícios alcançados, favorece a aquisição de instrumentos e maquinário, protege de possíveis perdas da produção, disponibiliza a capacitação necessária para que os processos produtivos sejam desenvolvidos de forma correta. Questões complexas que se bem executadas contribuem efetivamente para a melhoria das condições de vida de seus cooperados justamente pelo amparo legal, estrutural e financeiro, assim como para a utilização consciente dos recursos naturais promovendo a sustentabilidade.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de dialogar a respeito da economia solidária e as estratégias da agricultura familiar faremos um breve apontamento sobre a definição de agricultura familiar que servirá de base para nossa compreensão e pesquisa. Autoras como Wanderley (2003, p. 42-43) apontam que existe uma dificuldade de atribuir valor conceitual do ponto de vista teórico sobre a categoria agricultura familiar difundida no Brasil,

[...] sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento.

Falar de agricultura familiar é segundo Wanderley (2017) dizer que esta tornou-se a categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica. Em complemento a esta ideia Uhlmann (2002 apud REIS et al., 2015, p. 125) fala que:

[...] a agricultura é mais que um complicado novelo entretecido onde os fios (solo, plantas, animais, implementos, trabalhadores, matéria prima, influências ambientais) são sustentados e construídos pelo agricultor, que forma um núcleo de alocação, produção e consumo de recursos, em que o grupo familiar organiza-se de modo autônomo, ligados através de laços de sangue, amizades, histórias, tradições e controle coletivo do território.

De acordo com Abramovay (1998) a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte da mão de obra são executados pelas pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco.

Sobre a agricultura familiar é necessário ressaltar que as mulheres são um parte expressiva, mas ainda possuem entraves que dificultam sua atividade produtiva como destaca Schneider e Cassol (2017) a falta de autonomia das mulheres é apontada como um dos fatores responsáveis pelo não acesso ao crédito. Outro fator é o temor de que uma nova atividade sob a gestão da mulher possa não gerar renda ou não ter mercado garantido.

Ribeiro e Décio (2013, p. 402) defendem a existência de um princípio público (masculino), ligado ao social, ao político e ao econômico, com base em critérios de êxito, poder e direitos de liberdade. E outro princípio privado ou doméstico (feminino), ligado ao lar, com base nos laços afetivos e sentimentos, sem qualquer ideia de participação social, ou produtiva e relacionado diretamente com as necessidades subjetivas das pessoas. Caracterizando assim uma exclusão do público feminino do mundo social e no meio rural não foi diferente, a mulher sempre esteve em processos de subordinação e invisibilidade, reforçando a ideia de que mulher não se mete em assuntos dos maridos.

Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira estão as formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível” Omissa nos compêndios de Economia, a família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 10).

Discutindo sobre a participação das mulheres no processo produtivo Neves e Medeiros (2013)

[...] desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda- -comercialização, ou seja, na reprodução da vida. Porém, essa participação ao longo da história foi secundarizada diante da organização social capitalista em que vivemos, que se pauta por uma lógica social enviesada pelos valores que orientam as relações de gênero.

As mulheres rurais tem se mostrado como um importante fator para o desenvolvimento da agricultura familiar e sua luta por acesso a direitos e construção de espaços de autonomia são essências como cita Delgado e Bergamasco (2017, p. 10):

Os movimentos e as organizações sociais da Agricultura Familiar têm sido atores importantes do processo de construção da pauta da Reforma Agrária e das políticas públicas no Brasil. Ao lado de iniciativa do Estado e da academia, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na definição da Agricultura Familiar como um modelo de agricultura, como categoria agregadora de direitos e como identidade política unificadora de uma diversidade de unidades familiares no campo. Entre os movimentos, merecem destaque as lutas das mulheres rurais [...].

Sobre a participação nesses movimentos Junqueira e Trez (2005) atentam para o fato que “a sobrevivência das cooperativas de trabalho, como organizações de caráter coletivo, dependerá da intensidade das relações entre seus membros, da sua participação na condução dos processos onde os associados assumam sua responsabilidade para dar eficácia à gestão”.

Falando das estratégias econômicas da agricultura familiar principalmente em relação a participação em cooperativas é abranger as relações de mercado, organização e trabalho que estão inseridos, que podem estar ligados a diferentes tipos de economia. Uma das que mais tem ganhado abrangência nas pesquisas sobre essa categoria é a “economia solidária”, que vem sendo estudada pelas universidades brasileiras após um amplo processo de surgimento de suas formas diversificadas com foco principalmente na função social das organizações sociais que se utilizam dela (CRUZ, 2004, p. 40)

Neste contexto, a economia solidária (ECOSOL) tem sido empregada como estratégia para auxiliar no crescimento da agricultura familiar. A ECOSOL compreende um conjunto de estratégias, práticas e experiências baseadas na cooperação, autogestão, democracia, solidariedade, valorização do meio ambiente e da dignidade do trabalho humano (MORAIS *et al.*, 2011). Para Gregolin *et al.* (2017) o cooperativismo desempenha um importante papel no avanço da agricultura familiar, porque através dele os agricultores tem a possibilidade de buscar soluções para os problemas enfrentados em suas propriedades, que se tornam mais fáceis de serem solucionados quando tratados de forma coletiva.

Segundo Singer e Souza (2000), a economia solidária tomou rumos crescentes no Brasil após 1990, frente a grande crise relacionada ao desemprego no país, sendo agravada pela abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional. Em relação a economia solidária na agricultura, o movimento de maior destaque foi o Movimento dos Sem Terra (MST), que organiza diferentes tipos de cooperativas nos assentamentos. Estes autores ainda relatam, que neste mesmo período foram criadas as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, ligadas às universidades, dando apoio à população em geral para formação ideológica e a constituição e gestão de cooperativas de trabalho e de produção.

No ano de 2003 representou um marco para a Economia Solidária em nosso país a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que possibilitou um maior alcance dessa modalidade de trabalho e auxilia os envolvidos com a temática (PISICCHIO, 2016). A economia solidária tem sido firmada em forma de cooperativas e associações de trabalho, produção e de serviço e renda, apresentando-se como alternativa aos trabalhadores no processo de acumulação de capital que se configura como uma forma diferenciada de produção. E por outro lado, tornando melhor o relacionamento entre trabalhadores e consumidores, através da produção sustentável, comercialização de maneira justa e consumo com menor dispêndio de capital (SINGER, 2013). Para Reis *et al.* (2015, p. 126),

[...] a economia solidária tem se mostrado importante na agricultura familiar, pois favorece o acesso a bens e serviços que individualmente seria impossível de captar. Suas ações nascem no campo das lutas de resistência, predominantemente, por meio de reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho e com direitos violados.

De acordo com Oliveira e Santos (2012), o cooperativismo e o associativismo fazem parte da organização das sociedades desde a pré-história, tendo como objetivo principal contribuir para estruturação das diferentes organizações sociais que lutam pela sobrevivência diante das diversidades de cada época. De acordo com estes mesmos autores, dentro dos diferentes segmentos cooperativistas implantados, o que mais se destaca é o relacionado ao setor agropecuário.

Por outro lado, de acordo com Singer (2013), a gestão na economia solidária também é de suma importância, pois nela se insere a informação e a participação. Segundo o autor, é primordial que os sócios se mantenham informados sobre o que está ocorrendo em seu empreendimento e também sobre as alternativas viáveis para a resolução dos problemas pelos quais se passa. Porém, cabe ressaltar que a autogestão só pode ser viabilizada se houver envolvimento coletivo dos membros inseridos na produção comunitária (GUTIERREZ, 1988). Nesse sentido, destaca-se que encontros devem ser realizados sempre que possível em Assembleias Gerais e cabe à gestão da cooperativa organizar este momento de maneira que permita a participação de todos os cooperados (SINGER, 2013).

Diversos movimentos e organizações tem contribuído com a expansão da economia solidária, dentre elas, podemos citar o apoio técnico e a materialização oferecido pelas Incubadoras universitárias, oferecendo apoio na organização de programas, atendimentos e divulgação da Economia (PISICCHIO, 2016).

No Brasil, o movimento das incubadoras de empresas começou no início da década de 1980, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e adesão de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Organização dos Estados Americanos – OEA no plano supranacional. Estudos apoiados por essas agências levaram à constituição, em 1987, da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada – ANPROTEC, cujo objetivo tem sido a articulação com organismos governamentais e não-governamentais, visando ao desenvolvimento de Incubadoras e Parques Tecnológicos no País. (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

As incubadoras têm como objetivo “facilitar o processo do grupo em sua organização como cooperativa” para que isso ocorra é importante partir “da realidade e interesse das próprias pessoas” para que ao acontecer a “desincubação” a cooperativa possa ter autonomia “desenvolvendo a autogestão plena tanto de sua atividade econômica como do seu processo

coletivo, em uma gestão democrática. Considera-se assim, tanto o aspecto social quanto o econômico, na avaliação do sucesso da cooperativa” (LECHAT, 2003, p. 52).

Eid *et al.* (2003, p. 2), ao discutirem sobre incubação aponta o papel necessário das universidades nesse processo,

Uma incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária – associações e cooperativas populares urbanas e rurais, além de empresas autogestionárias - pode constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a Economia Solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. O empreendimento permanece vinculado à incubadora, pretendendo-se que em um determinado tempo, que varia a cada caso, conquiste sua autonomia para atuar no mercado. Ao mesmo tempo, demandas sobre assessoria pontual surgem e podem ser atendidas pelo coletivo da incubadora.

Para Silva; Barbosa e Albuquerque (2013, p. 1195), um dos problemas enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária é a manutenção do foco, seja este econômico ou social. O que corrobora com a implementação das incubadoras, visto que:

[...] a metodologia desenvolvida pela ITCPES/UFPA leva em consideração, sobretudo, a realidade dos grupos acompanhados e o contexto amazônico, pois se trata de uma realidade extremamente complexa, o que tem exigido da equipe um esforço suplementar para a compreensão das dinâmicas concretas dos empreendimentos econômicos solidários (EES) (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013, p. 1195).

A essencialidade de uma equipe multidisciplinar para processo de incubação perpassa pelo fato de que existe uma complexidade de fatores de ordem social, econômica e ambiental que necessitam de diversos conhecimentos para serem compreendidos. Visto que, na Economia Solidária não basta só pensar o viés econômico é necessário desenvolver ações colaborativas diversas para combater a exclusão social, gerar trabalho e renda, difundir valores pautados na solidariedade e valorização das pessoas em busca da equidade social, tais desafios envolvem mudanças no mundo do trabalho e culturais (AMORIM, ARAÚJO, 2004, p. 49-52). A economia solidária se fortalece a cada dia e demonstra sua viabilidade no combate a exclusão social, na geração de postos de trabalho e consequentemente renda, e principalmente como um modelo organizativo sócio-político pautado na colaboração e solidariedade (ANDRADE *et al.*, 2008).

4. METODOLOGIA

O presente trabalho tem por metodologia a pesquisa qualitativa, a qual engloba um conjunto complexo de situações à serem analisada. Foram aplicados 21 questionários com perguntas fechadas e abertas aos membros da coordenação da COFRUTA e cooperados.

Manzato (2012) diz que, a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos. Um desses métodos é o uso de questionário, este deve obedecer algumas regras básicas onde o principal é que possua uma lógica interna na representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação. E ainda,

As questões podem ser “abertas” ou “fechadas”; as primeiras não restringem a resposta do entrevistado; e as segundas fornecem certo número de opções codificadas (incluindo “outras”). As vantagens de um ou outro tipo de questão dependem das propostas do estudo e da necessidade de análise; se for o caso, podemos codificar os resultados das questões “abertas” em diferentes categorias e fornecer apenas uma lista com diferentes respostas, mas, se isso for feito, perdemos a informação qualitativa. (MANZATO, 2012, p. 11).

A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos, o que não demanda normas rígidas a respeito de sua elaboração. É importante considerar que a presença do pesquisador da mesma forma que auxilia pode inibir ao entrevistado, o que demonstra que é imprescindível na realização de uma entrevista além do uso de estratégias e táticas são as habilidades do entrevistador (GIL, 2002, p. 118).

Para Ferreira (2015) “o debate entre estas abordagens quantitativa e qualitativa é antigo nas ciências. Sua diferença básica é a forma como os cientistas representam o real, percebendo a realidade social através de números (para os quantitativistas) ou de aspectos subjetivos (para os qualitativistas)”. Em complemento a pesquisa qualitativa Oliveira (2011), nos diz que esta é entendida, por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas, que abrange questões subjetivas como compreensões, entendimentos, noções, sentimentos. Abordagens estas que nos auxiliarão no processo de identificação das melhorias socioeconômicas vivenciadas pelos cooperados.

A organização anterior a pesquisa é essencial para delimitar o tema a ser trabalhado, o (s) grupo (s), em qual local, quais objetivos, e questões serão indagadas, pois estas servirão de

guia para responder nosso problema de pesquisa. No caso dos agricultores familiares cooperados na COFRUTA, como eles tem sido beneficiados social e economicamente? buscando a compreensão destes fatos foram questionados os seguintes pontos: você ou alguém da sua família participa de alguma organização social? Por qual período vem atuando nessa organização? Para saber os benefícios para os cooperados indagou-se como era a sua casa antes de entrar na cooperativa e atualmente (2019)? Quais capacitações já foram feitas pelos cooperados? E por último Qual a importância da COFRUTA para sua vida? Assim como questões referentes a dados produtivos da cooperativa. Identificação de fragilidades e a construção de possíveis soluções sustentáveis em parceria com outras entidades.

4.1 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Antes de falar de nosso objeto de estudo a COFRUTA apresentaremos brevemente o município onde a entidade se localiza e desenvolve suas atividades que é a cidade de Abaetetuba.

Este município em conjunto a outras 10 cidades formam o território do Baixo Tocantins² que ocupa uma área total de 36.024,20 Km² (SILVA, 2013, p. 32) e desponta como um dos maiores produtores agrícolas do estado do Pará (ANDRADE et al., 2008). Abaetetuba está localizada no nordeste paraense à 01° 43' 24' de latitude Sul e 48° 52' 54' de longitude a Oeste de Greenwich. Seus limites são: ao Norte os rios Pará e o município de Barcarena, ao leste, o município de Moju, ao Sul encontra-se os municípios de Igarapé Mirim e ainda parte do Moju, e ao Oeste, os municípios de Igarapé Mirim, Limoeiro do Ajuru e Muaná. Distante 125 km de Belém capital do estado, com uma população estimada de 157.689 habitantes. A fundação do município de Abaetetuba ocorreu no ano de 1750, nome de origem tupi que significa “lugar de homem ilustre”. Possui uma área de 1.610,651 km² (IBGE, 2019). Segundo o site da prefeitura³ de Abaetetuba (2012) predomina neste município as atividades de comércio e serviços (setor terciário) distribuídas em uma ampla rede de estabelecimentos nas mais diversas atividades. Na agricultura destacam-se o açaí

² A região chamada de Baixo Tocantins é composta por 11 municípios: Abaetetuba, Mocajuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. (SILVA, 2013, p. 32). De acordo como Sistema de Informações Territoriais sua população é estimada em 740.045 habitantes, destes 349.297 (47,20%) vivem na área urbana e 390.748 (52,80%) residem na zona rural. Vale ressaltar que a região possui 24.701 famílias assentadas na reforma agrária distribuídas em 137 projetos em uma área de 492.848 hectares, também possui 32.365 estabelecimentos da agricultura familiar com os mesmos 32.365 pessoal ocupado na agricultura familiar e ainda 46.990 pescadores (Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>. Acesso 25/09/19).

³ Disponível em: <https://www.abaetetuba.pa.gov.br>. Acesso em: 09/08/2019.

(*Euterpe oleracea* Mart.), bacuri (*Platonia insignis* Mart.), cupuaçu (*T. grandiflorum* (Willd. Ex Spreng.) K. Schum.) e manga (*Mangifera indica* L.), mas possui outras culturas de importância como a mandioca (*Manihot esculenta* L.), coco (*Cocos nucifera* L.), miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) E bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.). Economicamente, é marcado pela sua forte produção extrativista, agroextrativista e na atividade da pesca (GONÇALVEZ, 2016).

Abaetetuba é considerada a 3º maior produtora de açaí do estado com 109.200 toneladas no ano de 2018, em oleaginosas o município produziu 128 toneladas. (IBGE, 2018). No tocante a cultura este município é conhecido como a Capital Mundial do Brinquedo de Miriti, o que desencadeou a criação do Festival do Miriti (MIRITIFEST), um evento que destaca o artesanato de miriti através da exposição de obras de grande nível artístico criadas por muitos artesãos locais, além da exposição de produtos e serviços de empresas locais e de outros municípios (PREFEITURA DE ABAETETUBA, 2019).

A COFRUTA (Figura 1) se localiza a 5 km da parte central de Abaetetuba na Rodovia Doutor João Miranda (GONÇALVEZ, 2010, p. 15). É possível notar que a cooperativa não está na parte mais urbanizada e sim no meio rural.

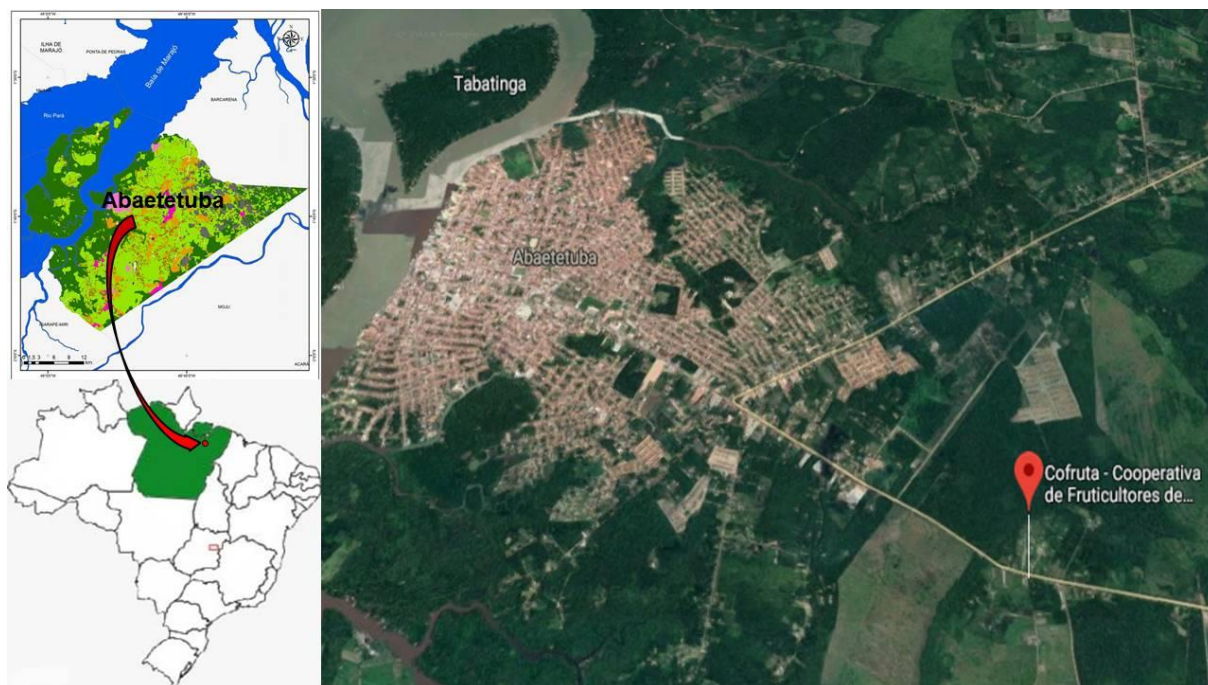


Figura 1: Mapa de localização da COFRUTA em Abaetetuba.

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2019; Terra Class – INPE/EMBRAPA, 2016.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE HISTÓRICA DA COOFRUTA

Para falar do histórico da COFRUTA em Abaetetuba é necessário resgatar um pouco do processo organizativo dos sócios desta cooperativa. Para Silva (2010), “entre as décadas de 60 a 90 a população viveu momentos difíceis mesmo com a riqueza natural existente” por falta de conhecimento e o capitalismo dominante concentrado na mão de grandes “patrões” do território. Na década de 90, o sindicato rural se fortaleceu com o apoio das ONGs e a igreja católica, conseqüentemente, o papel do agricultor familiar também foi fortalecido.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STR), com o apoio de ONGs como a Federação de Órgão pra a Assistência Social e Educação (FASE), introduz o debate sobre a produção e comercialização de seus associados, contribuindo para o surgimento da Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (ADEMPA), fundada em 17 de agosto de 1992, vinculada ao STR de Abaetetuba. A repercussão do resultado do trabalho da associação passou a ter um papel essencial, principalmente na elaboração de projetos para o financiamento da produção, extração ou cultivo de frutos, particularmente do açaí, junto ao FNO e ao PRONAF. (REIS, 2015, p. 75).

Segundo os entrevistados a organização dos agricultores familiares que se dava por meio da FASE e posteriormente da ADEMPA por um período de cerca de 17 e 15 anos respectivamente. A primeira reunião para criação da cooperativa foi no ano de 1997 e teve a participação da UFPA. No começo em relação a produção a ADEMPA não possuiu cunho agregativo para a produção dos sócios e somente concentrava os produtos *in natura* para a comercialização coletiva. Mas Silva (2010) parafraseando o Novo Código Civil de 2002 nos diz que: “[...] a associação, enquanto ente jurídico, não possui como objetivo a comercialização, e, mesmo que venha a comercializar, não poderá distribuir as possíveis sobras para o conjunto de associados, devendo estes serem integralmente reinvestidas na própria Associação”. Logo, surgiu a necessidade da criação de uma entidade capaz de beneficiar os produtos, comercializar agregando, assim, valor a produção e além de tudo distribuir o valor recebido no final do processo, gerando melhor qualidade de vida para seus membros.

Nasce então a COFRUTA que ao longo de seus 17 anos de existência busca incansavelmente a solução para as necessidades de seus cooperados, sejam elas de natureza econômica, social, educativa, enfim, sempre de maneira conjunta e pautada na gestão democrática.

Nesse processo de criação, fortalecimento e desenvolvimento da COFRUTA existiu a parceria com muitas entidades, dentre elas: FASE (2002), Universidade Federal do Pará (2005), Instituto Federal do Pará Campus Castanhal (2010), NATURA (2006), BERACA (2011), 100% AMAZÔNIA (2016), SYMRISE (2016). A parceria com a Natura se fortaleceu no ano de 2013, e possibilitou a comercialização de produtos novos como a manteiga e uma variedade de óleos advindos de plantas oleaginosas⁴ (ucuúba, muru-muru, tucumã e andiroba), esta entidade também está realizando testes com a fervilha e folha de ingá.

O acompanhamento por entidades parceiras promoveu aos membros programas de capacitação a fim de torna-los gestores e manipuladores de alimentos, além de qualifica-los profissionalmente, período este que conhecemos por incubação que é direcionado para empresas em formação. Participaram deste processo entidades públicas como a UFPA e IFPA-CASTANHAL com duração de cerca de 10 anos. Até o período da incubação a cooperativa comercializava para o governo Federal e Estadual, municipal e internacionalmente. Atualmente, apenas para o municipal e estadual. Esta questão é considerada uma problemática de grande relevância, já que a mesma surgiu mediante a perda do selo federal no ano de 2016.

No ano de 2012 a COFRUTA recebeu do governo do Japão através do projeto intitulado “Projeto de Ampliação da fábrica da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba”⁵ uma doação que foi investida na estrutura, compra de materiais e ampliação de espaços da mesma, com vias a aumentar a capacidade produtiva e contribuir para o desenvolvimento local. Mais especificamente foram realizadas ações como a “ampliação e reforma da cooperativa, além da aquisição e instalação de câmara e antecâmara de congelamento e despulpadora e outros, que possibilitarão o aumento da capacidade produtiva da fábrica e assim, contribuir para a melhoria de vida da população rural local”.

Entre 2009 e 2012 a cooperação União Europeia através do seu programa investiu uma quantia expressiva para contribuir com o fortalecimento de processos, o desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental, e a redução da elevada taxa de pobreza dos pequenos agricultores beneficiários, abrangendo quatro cooperativas de agricultores extrativistas, possibilitando a associação de 800 famílias do baixo Tocantins⁶.

⁴ Plantas oleaginosas são sementes que possuem um elevado potencial nutritivo e tecnológico. Usada na produção de cosméticos, biocombustíveis e também na alimentação humana (FREITAS, 2009).

⁵Disponível em: https://www.belem.br.emb-japan.go.jp/pt/cooperacao/projetos_aprovados.html. Acesso em: 16/09/2019.

⁶Disponível em: eeas.europa.eu/.../brazil/documents/projects/para_pt.pdf. Acesso em 16/04/19.

Com a união das ONGs FASE e Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (UCODEP), em 2016 a COFRUTA conseguiu conquistar a certificação ecologia do açaí pelo Instituto de Mercado Ecológico (IMO), da Suíça, que atesta que a fruta é manejada sem causar danos ao meio ambiente. Fomentando a comercialização dos frutos de açaí no município⁷.

Em 2017 a empresa Natura e a Fundação Banco do Brasil disponibilizou investimentos para a construção de 10 secadores solares de alta eficiência visando a qualidade da produção da cooperativa COFRUTA. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Amazônia. Essa parceria tem por finalidade o fortalecimento do uso de produtos e serviços da sociobiodiversidade da Amazônia, a partir do apoio a projetos nas áreas e inovação, pesquisa e produção sustentável, atentando diretamente às comunidades agroextrativistas da região, com ênfase na produção sustentável, beneficiou mais de 200 famílias⁸.

Com o tempo a estrutura da cooperativa foi se modificando passou de 412 m² no seu início para 830 m² no ano de 2019. As melhorias estruturais são um processo típico da incubação que favorece a organização e consequentemente a parceria e investimentos através de projetos. Durante esse processo de ampliação a cooperativa adquiriu aproximadamente 50 equipamentos⁹ que possibilitaram maior produtividade para a mesma, visto que, estes aumentaram a capacidade de armazenar, facilitam o processo de beneficiamento com o despulpamento de frutos, a fervura com mais rapidez e automático (tacho giratório), selagem automatizada, secagem de oleaginosas em menos tempo (secador solar) e instantânea (secador a vácuo), espaço de armazenamento e congelamento duplicados. Também foram adquiridos caminhão frigorífico com capacidade de 8.500 toneladas e um carro utilitário com capacidade de 1 tonelada que favoreceu a COFRUTA realizar as entregas da polpas sem percas, um motivo que gerava muitos gastos, pois antes esse serviço era realizado por donos de frigoríficos. Também possui uma moto que em conjunto com o carro utilitário auxilia na locomoção da coordenação.

Mas nesse longo processo de estruturação também são notados dificuldades como a perda do selo federal no ano de 2016 e o fato da mesma ainda não possuir lanchas ou rabeta para o transporte das produções dos cooperados ribeirinhos, a falta de capital de giro, ou a

⁷ Disponível em <https://geracaocooperacao.com.br/cooperativa-do-norte-fornece-polpa-de-acai-de-forma-sustentavel/>. Acesso em 05/09/19.

⁸ Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/menu/identidade-visual/conteudo/natura-e-fundacao-banco-do-brasil-firmam-parceria-inedita-para-beneficiar-comunidades-da-amazonia>. Acesso em 18/09/19.

⁹ Equipamentos industriais como: câmaras frias, túnel de resfriamento, despulpadora, envazador comum e de copinhos, selador, pasteurizador, máquinas de açaí, secador a vácuo e solares, tachos de fervura e giratório, prensa esmagadora e prensa filtro, tanque pulmão, caldeira, galpões de armazenamento.

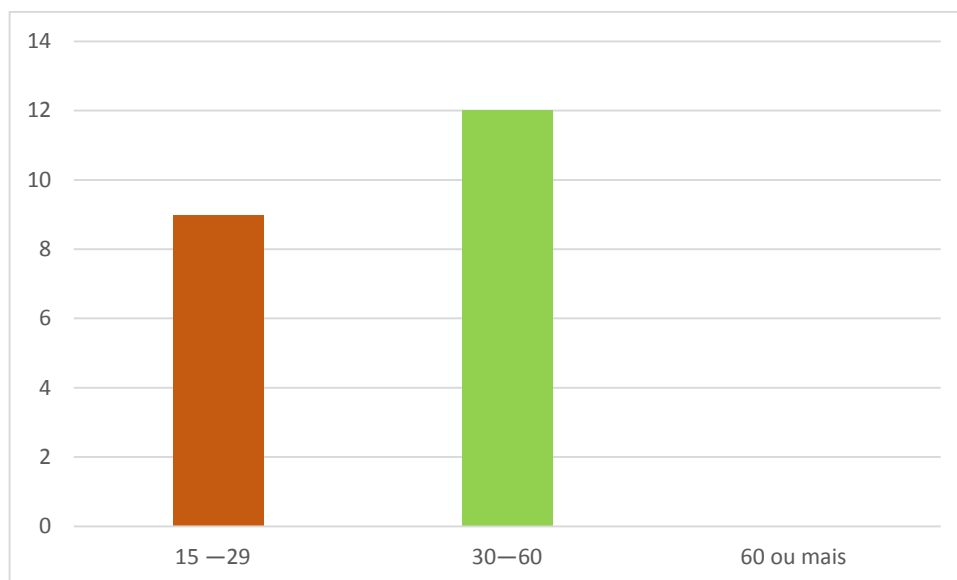
discussão mais efetiva de projetos propostos por cooperados já capacitados visando sua implementação. Necessidades evidenciadas em nossa pesquisa e que servem como ponto de partida para as discussões realizadas nas assembleias em prol de mais melhorias para a COFRUTA como um todo.

5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

Para traçar o perfil socioeconômico dos sócios da COFRUTA é necessário conhecer questões referentes ao: sexo, idade, composição familiar em que estes estão inseridos pela necessidade de discutir a mão-de-obra disponível para as práticas produtivas; ao tipo de moradias, seus bens e benfeitorias nos lotes para saber se houveram mudanças a partir de sua inserção na cooperativa principalmente em relação a qualidade de vida; como eles se autodefinem, para saber como se descrevem o que tem haver com a necessidade de autovalorização e cultura, a composição de sua renda, localização e forma de acesso.

Na COFRUTA existe uma grande variação no número de sócios desde sua fundação no ano de 2002 contou com 67 sócios integrantes, mas houve um aumento significativo durante o processo de incubação, com um salto para 128 associados. Após o recadastramento no ano de 2012 a cooperativa conta com um total de 87 sócios, dos quais 67,82% são homens (59), 32,18% mulheres (28), havendo um quantitativo pequeno de jovens (24,14%) (21) cooperados.

Na cooperativa pesquisada existe um menor número de jovens, porém em relação aos que se disponibilizaram a serem entrevistados mesmo a idade variando de 21 a 60 anos o maior número de cooperados se encontram na faixa etária de 21 a 30 anos de idade (42,8%). Valendo ressaltar que esses jovens vem demonstrando um interesse diferenciado em prol da melhor estrutura de suas áreas, buscando novas alternativas as questões produtivas como o uso de adubação orgânica, fruto de capacitações e pesquisas na internet como parcerias com entidades diversa.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Gráfico 1: Intervalo de idade dos cooperados entrevistados.

É possível buscar compreensão em relação a menor participação da juventude nos processos produtivos do campo com a pesquisa de Delgado e Bergamasco (2017, p. 10) que apontam a saída dos jovens no campo como uma tendência definitiva junto as migrações sazonais, o que as tornam desafios tanto para a formulação de políticas públicas como na avaliação da dinâmica da agricultura familiar. Assim como nos estudos da UNFPA (2015), que aponta que na Amazônia, a nova geração, tem saído do meio rural, seja por falta de terra quanto de vocação ou aspiração, buscando o emprego, a educação, a saúde e o consumo nas cidades da região ou mesmo em outras partes do Brasil.

Para IBGE (2016), o mais recente dos estatutos que versam sobre a proteção de grupos populacionais delimitados pelo critério etário, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05.08.2013) considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. Em 2015, os jovens correspondiam a 23,6% da população brasileira, sendo 26,3% da população da Região Norte. Este também considera, segundo a definição de idoso no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 01.10.2003), a pessoas com 60 anos ou mais de idade. Observa-se que, entre os anos de 2005 a 2015, os idosos passaram de 9,8% para 14,3% da população brasileira, sendo que 10,1% destes foram encontrados na Região Norte (menor índice do país). Logo, os adultos são as pessoas de 30 a 60 anos de idade.

Muniz *et al.* (2017) aponta que para ser um cooperado é necessária uma idade mínima de 18 anos, no entanto sabemos que a realidade da Região Norte sobre trabalho é bem diferenciada, ocorrendo a participação de jovens nos processos produtivos desenvolvidos

pelas famílias, à exemplo na pesquisa identificamos que na COFRUTA, do total de sócios 21 são considerados jovens e tem idades que variam de 15 a 29 anos. O que demonstra para o autor que há interesse do jovem camponês em continuar nos caminhos agroecológicos, mas agora com mais conhecimento e suporte técnico capazes de promover a sustentabilidade.

No que diz respeito a quantidade de pessoas que constituem as famílias entrevistadas, foi verificado que o número varia de 1 a 9 indivíduos. A maior parte das famílias (52%) são formadas por 4 a 6 pessoas (Gráfico 1). Em uma pesquisa com moradores de pequenas comunidades da Amazônia, Caldas *et al.* (2003) verificaram um tamanho médio da família de 7,12 indivíduos, estando este número dentro do verificado neste trabalho. O autor aponta como sendo a formação média das famílias de agricultores familiares na Amazônia, podendo exceder esse quantitativo. Segundo dados do IBGE (2016), o tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001. O número médio de filhos por família é de 1,6 filhos¹⁰.

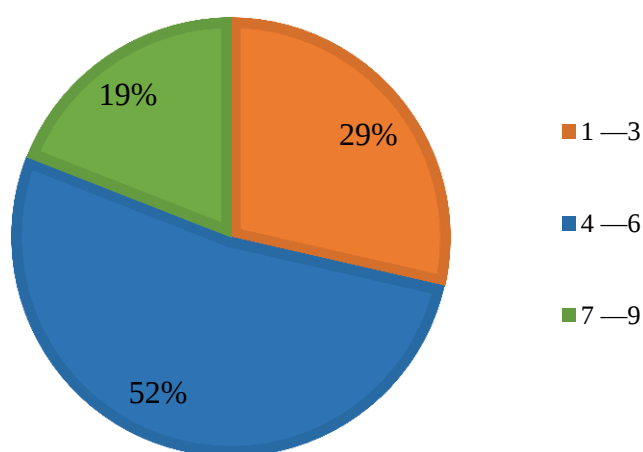


Gráfico 2. Número de pessoas que constituem as famílias dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Segundo dados do IBGE (2016) o arranjo familiar mais comum no País era formado por casal com filhos, mas tem-se notado a queda da sua participação, que passou de 50,1% a 42,3% do total dos arranjos, de 2005 a 2015. É válido mencionar que a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mercado de trabalho são postos como alguns fatores que produzem alterações nos arranjos familiares. A Região Norte

¹⁰Disponível em: <https://labsfac.ufsc.br/2016/05/23/dados-do-ibge-queda-substancial-no-tamanho-das-familias-brasileiras/>. Acesso em: 29/09/19.

apresentou proporção mais elevada (16,3%) de arranjos que tinham 3¹¹ ou mais filhos cor residentes na família. E em 21,6%, o filho mais novo tinha de 15 a 29 anos.

Em relação ao tipo de moradia antes de entrar na cooperativa mesmo a maioria tendo casa própria (95,24%) estas tinham poucos cômodos, 1-2 e 3-4 (23,80% e 33,33% respectivamente), e com estrutura de madeira (76,19%), ou cedida (4,76%). Após o ingresso como cooperado as condições melhoraram, segundo os mesmos que passaram a reconstruir as casas em alvenaria agora englobando (71,43%) e com maior quantidade de cômodos do qual 47,62% dos cooperados possuíam casas de 5- 6 cômodos, 38,9% de 3 a 4 cômodos e 9,52% continuam com 2 cômodos. Este número de cômodos geralmente está ligado ao número de integrantes de cada família, que pode exigir que a casa tenha mais quartos por exemplo.

Quanto aos bens e benfeitorias (Tabela 1) a maioria dos entrevistados aponta sete itens como de alta relevância (1, 3, 5, 6, 10, 11 e 12), dois são definidos com média relevância (2 e 9) e três como baixa (4, 7 e 8).

Tabela 1: Bens e benfeitorias nas áreas dos cooperados entrevistados.

Itens	Porcentagem	Relevância
1: geladeira	95,24%	Alta
2: máquina de lavar	61,95%	Média
3: televisão	90,48%	Alta
4: som	23,81%	Baixa
5: moto	19,05%,	Alta
6: rabeta	14,29%	Alta
7: cerca	14,29%	Baixa
8: galpão	9, 52%	Baixa
9: casa de farinha	23, 81%,	Média
10: máquina de açaí	47,62%,	Alta
11: bomba para puxar água	90,47%,	Alta
12: poço	85,71%.	Alta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Dentre os considerados de suma importância está a geladeira por ser usado no armazenamento de alimentos e de polpas para comercialização, a TV é uma fonte rápida de notícias e promove encontro familiares para assistir novelas ou filmes, pois não existe cinema no município, a moto e rabeta, que apesar de poucos possuírem são muito importantes, pois como não há transporte público tornam-se a melhor opção, a máquina de açaí que atualmente

¹¹ Ao analisar os arranjos com parentesco que tinham filho corresidente no mesmo arranjo, notou-se que a proporção de arranjos que tinham 3 ou mais filhos corresidentando com seu(s) progenitor(es) diminuiu tanto para o arranjo formado por casal com filho (25,7% para 16,2%) quanto para o arranjo de pessoa de referência sem cônjuge com filho (15,7% para 11,3%), entre 2005 e 2015. (IBGE, 2016).

é elétrica e não exige esforço e disponibiliza produto para consumo e venda mais rapidamente, processo que antes era manual, além do poço e bomba que possibilitaram a comodidade de possuir água encanada nas casas e não mais a necessidade de estar carregando baldes a longas distâncias o que gerava desgaste físico e gasto de tempo, no entanto do total de sete, os mais acessíveis são a TV, geladeira, poço artesiano e bomba de puxar água, os outros itens por terem um alto valor de compra (5, 6 e 10) ainda são pouco encontrados. Para Anvisa (2019) os bens materiais podem “ter ligação direta com o bem estar e qualidade de vida da família” por gerar “mais conforto aos indivíduos”, afirmação que foi comprovada em nossa pesquisa com os associados da COFRUTA.

Outra questão importante levantada nas entrevistas é a questão da auto definição, foi possível observar que existe uma ligação direta entre o entendimento sobre a profissão (atividade desenvolvida pelo ganho monetário) e suas auto definições ou seja, como se enxergam e se descrevem para outros. Demonstramos no gráfico 2 que em sua maioria estão relacionadas as práticas agrícolas e extrativistas, e portanto 18 pessoas se declaram agricultores familiares e/ou lavradores e/ou extrativistas (85,71%). Os demais são ligados a formação técnica ou trabalho assalariado (14,29%).

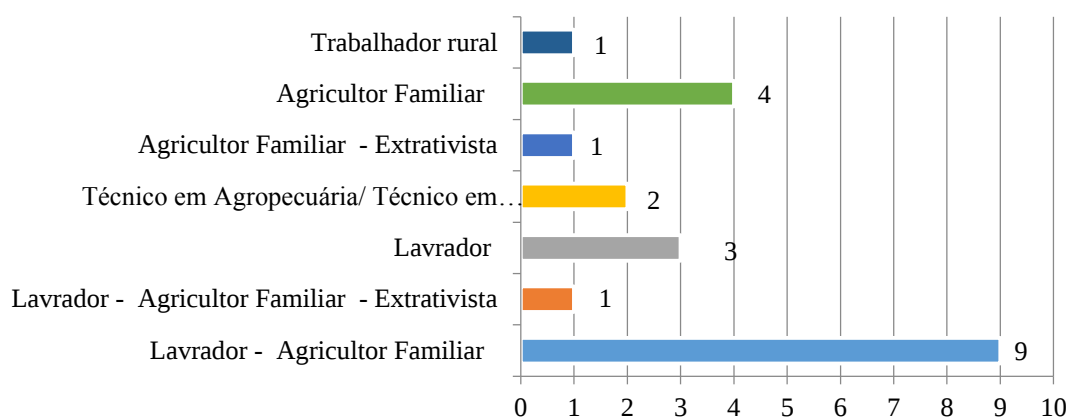


Gráfico 2: Profissão e autodefinição dos cooperados entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No Gráfico 3 apresentamos a composição da renda familiar dos cooperados entrevistados, que é obtida principalmente por meio da venda das produções (100%), o que não significa que esta é a única fonte dos sócios, pois uma parcela deles são assalariados, pensionistas, recebem de algum programa social de transferência de renda ou ainda prestam serviços no espaço de beneficiamento da cooperativa. Muito próximo aos estudos realizados

por ALEXANDRE (2017) cuja a renda principal da AF é proveniente da venda de seus produtos da roça, diferenciando-se de nossa pesquisa por existirem mais combinações de atividades geradoras de renda.

No Brasil atualmente existem vários programas de transferência de renda, dentre eles destacam-se dois que são, segundo Medeiros; Britto e Soares (2007), o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹², Implementado em 1995 atende pessoas com deficiência severa e idosos maiores de 65 anos, e o Programa Bolsa Família, criado em 2003 beneficia famílias cuja situação seja de extrema pobreza, com renda *per capita* de R\$ 89,00 mensais (dados 2019)¹³. Atualmente atende cerca de 13, 9 milhões de famílias. No meio rural, aqueles trabalhadores que comprovassem trabalho de subsistência no campo puderam ter acesso ao benefício de aposentadoria no valor de um salário mínimo (R\$ 998,00).

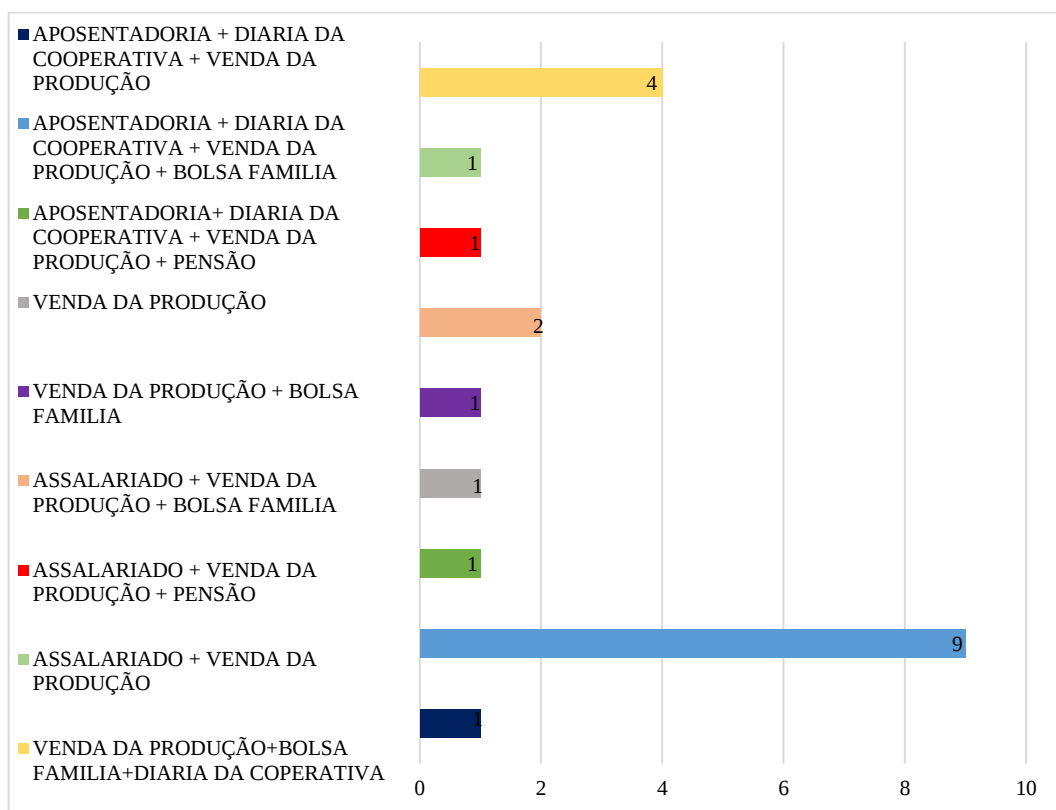


Gráfico 4: Composição da renda dos cooperados entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

¹² Vale ressaltar que este é concedido somente em caso da não comprovação da atividade rural, e que este esteja no perfil estipulado pelo programa (idosos com renda inferior a ¼ do salário mínimo).

¹³ Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso: 30/09/19.

Para Souza (2013, p. 8) a agricultura para além de gerar postos de trabalho e renda, aquece o mercado produtivo para milhares de brasileiros, e como vimos no gráfico 3 é essencial na composição da renda da agricultura familiar cooperada na COFRUTA. No entanto faltam incentivos para seu fortalecimento.

Na figura 2 demonstramos a localização dos cooperados, é possível observar que grande parte encontra-se nas proximidades da cooperativa e ainda nos municípios do entorno. Estes fornecem matéria prima para a produção da unidade fabril da COFRUTA, inicialmente produtos estes que os mesmos já produziam (cupuaçu, acerola, açaí, tucumã, patauá) e para se manter no mercado os mesmos iniciam o processo de inovação com o plantio da fevilha. Vale ressaltar que a cooperativa não define os produtos a serem cultivados pelos seus membros dando-lhes total autonomia, no entanto, como a COFRUTA atende demandas do mercado local, estadual e de seus parceiros é possível que exista uma certa influência na tomada de decisão sobre as produções dos cooperados.

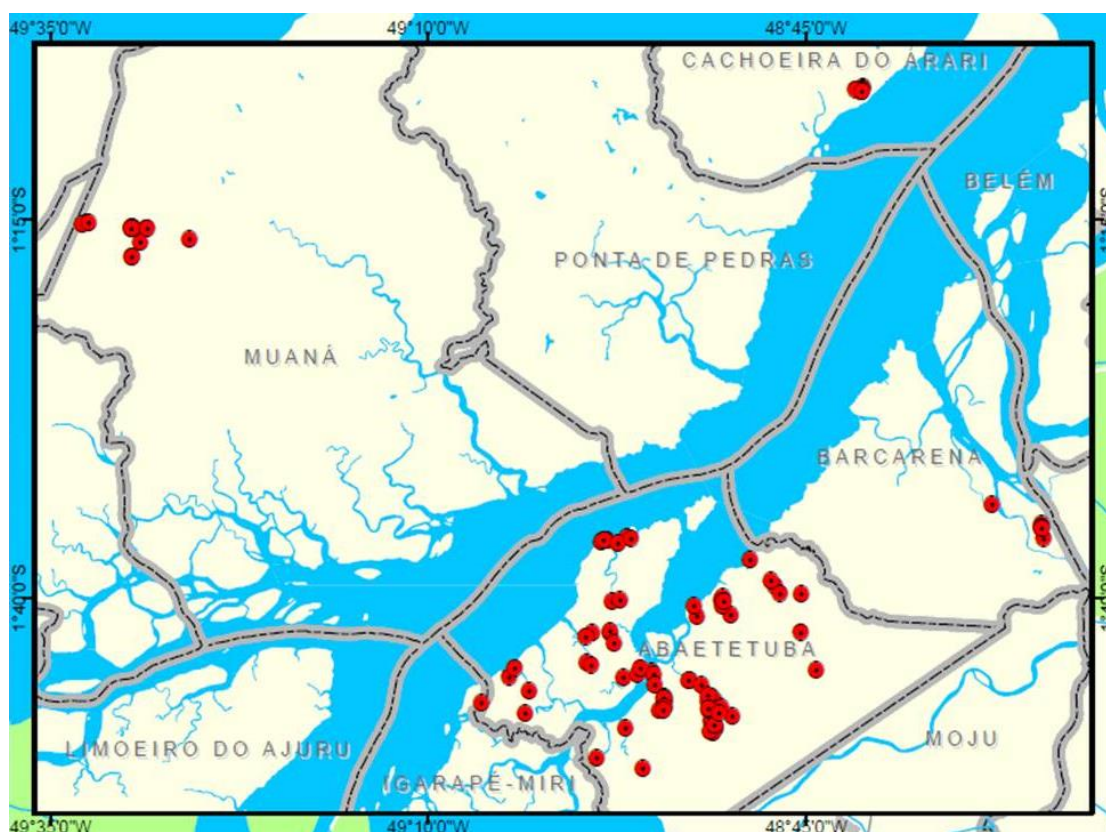


Figura 2: Mapa de localização dos cooperados e fornecedores da COFRUTA no Estado do Pará.

Fonte: GIZ¹⁴, 2019.

¹⁴ Cooperação Alemã para o desenvolvimento sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ/GmbH.

Nas comunidades dos entrevistados existem duas formas de acesso, uma pelo rio e a outra por via terrestre, a segunda é a mais utilizada, pois nem todos os cooperados possuem embarcações. Do total de entrevistados apenas 14,29 % possuem embarcação, a grande maioria depende de transporte coletivo, esta opção é favorecida pela disponibilidade do ônibus de linha particular, que cobra em média R\$ 2,50 no traslado da comunidade para a cooperativa, um gasto diário de R\$ 5,00 reais. Os que possuem transporte próprios (19,05%) motocicleta ou bicicleta possuem gastos diários menores. A falta de transporte mais acessível é um motivo que dificulta a participação efetiva em eventos relacionados a capacitação/formação dos membros. Em palestra¹⁵ proferida pela professora Flávia Charão sobre as cooperativas na Região Sul apontou que eventos favorecem a formulação de projetos buscando a captação de recursos, que poderiam contribuir para a aquisição de um carro com capacidade para transportar as produções dos cooperados e eles próprios.

No tocante a organização social os cooperados entrevistados tem uma participação na COFRUTA que varia de 5 meses o mais novo a 17 anos o mais antigo, os mesmos também se organizam por meio do sindicato de trabalhadores rurais por um período ainda maior ao da cooperativa, da colônia de pescadores e Pastoral da criança que varia respectivamente de 2 a 32 anos e 13 anos respectivamente.

De acordo com AHLERT (2015) a agricultura familiar desenvolve importante papel na renda e mão de obra necessária no campo, podendo estar diretamente ligada a diminuição do êxodo do camponês para os centros urbanos, a qualidade da alimentação e a conservação do meio ambiente, podendo estar “desempenhando papel fundamental para o crescimento da economia da nação e para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas. A composição da renda é essencial para a agricultura familiar e o que tem possibilitado nos últimos 15 anos uma melhoria na qualidade de vida”. O que é diretamente relacionado e dependente do processo de organização social.

5.3 ESTRATÉGIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COFRUTA

Para Reis (2015) o modo de vida é essencial para o desenvolvimento das estratégias das sociedades tradicionais em busca da sustentabilidade o que depende da estreita relação

¹⁵ II Colóquio Cidades e Identidades Memória, História, Representações e Silenciamentos e V Workshop de Integração Internacional realizado setembro de 2019 durante o Seminário do Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades – PPGCIT.

com a natureza, da adaptação de seus sistemas produtivos, da diversificadas formas de uso dos recursos naturais, dentre eles:

[...] manejo dos sistemas agroflorestais, acordo de pesca e sistema de produção consorciada, operacionalizadas de modo diversificado, complexo e flexível, que se constituem como práticas de desenvolvendo sustentável.

Estratégias estas, que segundo REIS (2015, p. 25) perpassam pela organização e uso racional da biodiversidade, do sistema produtivo adaptativo agroflorestal, autor destaca que:

O debate em torno do desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais, na Amazônia articulam-se à temática do uso sustentável e da gestão estratégica dos recursos naturais, apoiados em experiências concretas do protagonismo dos sujeitos locais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas etc.) e negociação com os formuladores e gestores de políticas públicas, bem como da sociedade civil organizada, visando a contrapor-se ao modelo de desenvolvimento econômico autocentrado, um vetor da deterioração do meio ambiente, de concentração de riquezas, de pobreza, de desemprego e de exclusão social, na medida em o crescimento econômico exerce pressão sobre o meio ambiente dinamizado pelo uso intensivo dos recursos naturais.

Sobre as estratégias da agricultura familiar por meio da COFRUTA a pesquisa apontou uma positiva capacidade organizativa desenvolvendo nove estratégias diferenciadas para alcançar seus objetivos, as quais foram divididas entre: 1) estratégias sociais (ser cooperado, capacitações, fazer parcerias, desenvolver a economia solidária); 2) estratégias culturais (modificar processos produtivos, implantar novos cultivos, realizar mutirões); e 3) estratégias econômicas (comercializar para diferentes nichos, acesso a financiamentos).

Dentre as Estratégias Sociais encontra-se: a) **ser cooperado** faz com que esses indivíduos organizados se fortaleçam, contribuam entre si, o que possibilita o acesso a políticas públicas e garante a melhoria do bem estar geral; b) **capacitações**; as formações teóricas e práticas por meio de oficinas, palestras e demais atividades permitem desenvolver capacidades produtivas, administrativas entre outras; c) **fazer parcerias** segundo os sócios traz oportunidade de qualificação profissional, troca e construção de conhecimentos; d) **Economia solidária** como método organizativo de produção, de valorização enquanto agricultor, organização social favorece o acesso a bens e serviços e o desenvolvimento de base sustentável.

Em relação as Estratégias Culturais verifica-se: e) **modificar processos produtivos** utilizando técnicas agroecológicas como uso de adubos naturais, produzidos na própria propriedade e de resíduos da COFRUTA, o consórcio de cultivos; f) **Implantar novos plantios** utilizando a agricultura diversificada permite produzir tanto para alimentação da

família como para venda na cooperativa e em outros espaços; g) **mutirão** possibilitam benefícios para a comunidade como um todo.

Nas Estratégias Econômicas encontramos: h) **comercializar para diferentes nichos** permite acessar mercados até então desconhecidos, garantindo retorno econômico a curto e médio prazo. Permitindo crescimento social e econômico das comunidades rurais. Ueno et al. (2016) descreve os canais de comercialização da agricultura familiar no Brasil separando o vínculo local/regional (a domicílio, a comunidade que sustenta a agricultura (CSA), o grupo de consumo consciente, as cooperativas, os pontos, as feiras, os mercados institucionais e os pequenos comerciantes) do vínculo nacional/internacional (as cooperativas, grandes varejistas, atravessadores e empresas especializadas). Destaca-se as cooperativas por comercializar tanto no ambiente interno quanto externo de uma país; i) **acesso a financiamentos** que somente como organização conseguem criar projetos e por meio deles comprar equipamentos novos, de maior eficiência e maior capacidade.

Todas as estratégias acima descritas contribuem para inúmeras melhorias. Toledo (2015, p. 30) falando sobre o conhecimento nos diz que este “[...] se adquire via capacitações e profissionalizações. [...]. A sabedoria se adquire através da experiência cotidiana e de forma de viver e ver as coisas”. Para Souza et al. (2013) a capacitação atua juntamente com a cooperativa para desenvolver o cooperativismo, a valorização da natureza com uso de técnicas agroecológicas assim como a educação ambiental e uso de técnicas mais rápidas e seguras para o produtor “que resultem em melhores resultados”.

No tocante as estratégias sociais dos agricultores familiares aponta-se as capacitações, que foram essenciais para aumentar o nível de conhecimento sobre os produtos, as práticas, relações interpessoais. Os principais temas discutidos estão relacionadas no quadro abaixo e são associados a organização social e da produção (Tabela 1).

Tabela 2: Número de capacitações, quantidade de participantes e entidades promotoras.

Capacitações	Quantidade	Nº de participantes	Entidade Promotora
Cooperativismo	1	Total de sócios	Empresa LABOR
Segurança no trabalho	5/ ano	40 pessoas/turma	
Práticas de coleta e pós coleta	1	Total de sócios	
Manejo florestal	1	1 pessoa	IFPA-Castanhal
Agroindústria	1	7 pessoas	
Agropecuária	1	4 pessoas	
Total: 6	1-5 vezes	1 - 87	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

É possível verificar que as capacitações oferecidas pela empresa LABOR, relacionadas ao cooperativismo, segurança no trabalho e práticas de coleta e pós-coleta foram os cursos mais frequentados pelos cooperadores, demonstrando dessa forma, o interesse dos integrantes no aperfeiçoamento e segurança no seu ambiente de trabalho.

O conhecimento e capacitação é capaz de desenvolver no indivíduo um senso de buscar novos horizontes, buscas de alternativas, etc. De acordo com Altieri (2010) os avanços da tecnologia e das ciências são alavancas da produção de alimentos que poderão contribuir como meios para a solução dos problemas relacionados a sustentabilidade, gerando economia nas propriedades rurais.

Na Tabela 3 é possível observar que do total de entrevistados 42, 86% apontaram que a cooperativa tem muita importância pois contribuiu para a melhoria financeira, estes elencaram outros fatores além da questão financeira como a capacitação, a possibilidade de formar redes de contatos e comercializar os produtos de forma mais rápida e com mercado certo, sem a interferência de atravessadores. Outros 20% apontaram a organização da produção, a organização social, acesso a mercados, capacitação e beneficiamento da produção.

Tabela 3: Importância da COFRUTA segundo seus cooperados.

Importância sócia econômica da cooperativa	Porcentagem
Melhoria financeira	4,76%
Melhoria financeira e capacitação	19,05%
Melhoria financeira, capacitação e redes de contatos	4,76%
Melhoria financeira, capacitação, redes de contatos e comercialização da produção	14,29%
Comercialização da produção	4,76%
Organização da produção e comercialização da produção	9,53%
Conhecimento	4,76%
Conhecimento, organização social e acesso ao mercado	4,76%
Geração de renda e oportunidade profissional	4,76%
Oportunidade profissional	4,76%
Organização da produção, beneficiamento, acesso a mercado e redes de contatos	4,76%
Melhoria financeira, organização social, acesso ao mercado, capacitação e beneficiamento	9,52%
Reconhecimento como agricultor	4,76%
Oportunidade profissional, capacitação, organização da produção e acesso a mercado	4,76%
Total: 14	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Legenda: Qtd. quantidade.

De acordo com Shiki (2013) a importância de organizações cooperativas ou associativas está no enfrentamento no mercado competitivo que se dá pelas regras de valorização do trabalho, aferidas pelo preço. De acordo com este autor, uma boa posição de preço, requer um poder de barganha no mercado que o pequeno produtor não tem. O poder de negociação com o setor distribuidor, processador, ou outro, depende de sua capacidade de organização para aumentar a escala, para obter um bom preço do seu produto. Segundo os resultados desta pesquisa, a maior parte dos cooperados relatam que a importância da COFRUTA está na melhoria financeira. É válido comentar que, através da cooperativa os sócios receberam a visita de técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) que certificaram as áreas produtivas como orgânicas facilitando a comercialização das produções. Fato este, que se caracteriza como um valorização do trabalho organizacional coletivo o que está intimamente ligado ao viés sustentável que promove diferentes processos que vão desde a produção, uso cuidadoso e racional, a questões de saúde e organização, medidas necessárias que devem ser disseminadas para outras comunidades, o que poderia viabilizar novas formas de renda para a AF da região.

Em estudos realizados por Y. Cribb e Cribb (2008) a simples presença de uma cooperativa em uma determinada localidade já contribui com a valorização dos produtores como na negociação das vendas o que diminui a presença de intermediários e aumenta o poder de negociação dos produtores. Assim como, sua autonomia pois a COFRUTA não determina quais cultivos, a quantidade ou em que época seu cooperado irá fornecer ou comercializar com a cooperativa ou com terceiros, estes decidem por conta própria.

Muniz et al. (2017) aponta que a melhoria financeira nas respostas dos entrevistados está associada a elevação da qualidade de vida, não somente de seus sócios mais de todo o entorno este autor ressalta que o simples fato de trazer o fim do cartel entre comerciantes locais, obtendo melhores preços no momento da venda de seus produtos garante a possibilidade de compra de bens e benfeitorias, aquisição de materiais para construção ou ampliação das casas, investimentos em plantios e ampliação das área produtivas. De acordo com Mallmann *et al.* (2013), a utilização da propriedade rural deve ser feita de forma racional e adequada, visando à manutenção do equilíbrio ecológico e à garantia da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e econômico dos seus proprietários e daqueles que nela trabalham, bem como de suas famílias.

As estratégias da agricultura familiar na COFRUTA foram usadas na conquista e manutenção de mercados dentre elas podemos destacar o ser cooperado onde “Muitos

agricultores familiares se unem, formando cooperativas para que consigam resultados melhores do que, geralmente, não conseguiriam se estivessem sozinhos” (UENO et al., 2016), o aumento da produção está ligada ao aporte maior de capital, a aquisição de novos insumos e métodos resultantes das capacitações feitas¹⁶, parcerias e demais estratégias.

Os laços são fortalecidos por meio de manifestações culturais criando vínculos entre os indivíduos e a confiança, um componente essencial. Tais apontamentos são partes do capital social que se caracteriza pelas relações de confiança, regras e sistemas que promovam ações coordenadas. (GALVÃO et al., 2006, p. 66).

As estratégias sociais e econômicas desenvolvidas pela agricultura familiar por meio da COFRUTA possibilitou inovação, o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis, a geração de renda, maior organização social e valorização de sua identidade.

5.4 ANÁLISE ECONÔMICA DA COFRUTA: COMERCIALIZAÇÃO, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, INCUBAÇÃO E PRODUÇÃO

Em relação aos tipos e quantidade de produtos comercializados pela COFRUTA, vale ressaltar que houve uma grande mudança após o processo de implementação da incubação, principalmente na quantidade de produto comercializada que era de 20 toneladas em 2002, chegando a 200 toneladas em 2019. É importante apontar que anterior ao processo de incubação a quantidade de produtos variava de 15 a 20. Após o processo de incubação aumentou para 40. Atualmente teve uma relativa queda, porém uma modificação no tipo de produto comercializado (Quadro 2).

É evidente que o processo de incubação trouxe melhorias para os cooperados em questão. A incubação provê melhorias estruturais que favorece a organização e consequentemente a parceria e investimentos através de projetos. Elas facilitam o processo do grupo em sua organização como cooperativa (LECHAT, 2003).

Na tabela 4 vemos os dados referentes a quantidade de produtos que são comercializados pela COFRUTA nos períodos de 2002, em que as atividades produtivas estão começando e que sua capacidade ainda é muito limitada. No segundo período que corresponde aos anos de 2005 a 2015, anos em que a COFRUTA contou com o acompanhamento de instituições que promoviam a incubação, UFPA e IFPA- Castanhal,

¹⁶ Práticas de coleta, uso adequado de EPI's, cultivos de orgânicos. É valido ainda destacar que são disponibilizados a grande maioria dos equipamentos usados pelos agricultores, também está ocorrendo de forma tímida a distribuição das sobras e resíduos para adubação nos plantios dos cooperados (nota da autora, 2019).

respectivamente, esta potencializa sua produção, aumenta a gama de produtos beneficiados e acessa mercados antes inacessíveis. Em 2015 as incubadoras encerram o acompanhamento e é possível observar uma queda no número de produtos que diminui de 40 para aproximadamente 17 e uma priorização de produtos com destaque para os óleos e manteigas.

Variáveis	Produtos antes da incubação - 2002	Produtos a partir da incubação - 2005	Produtos após a incubadora - 2015
Total de produtos comercializados	4	40 produtos diferentes	2 - 17 produtos
Tipos de Produtos	Produtos <i>in natura</i> (açai (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)) e polpa, xarope e doce	Produtos <i>in natura</i> , polpa, geleia, suco, xarope, doce e semente	Óleos, manteiga e polpas
Principais produtos comercializados	Xarope	Açai (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.), cupuaçu (<i>T. grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), abacaxi (<i>Ananas comosus</i> (L.) Merril), acerola (<i>Malpighia glabra</i> L.), maracujá (<i>Passiflora alata</i>) e taperebá (<i>espondias lutea</i> L.)	Açai (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.), pataúá (<i>Oneocarpus bataua</i> Mart.) tucumã (<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.), muru-muru (<i>Astrocaryum muru-muru</i> Mart., andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl.), fevilha (<i>Fevillea</i> spp.), ucuúba (<i>Virola surinamensis</i> (Rol.) Warb.). polpa, óleos e manteiga
Quantidade vendida	20 toneladas	40 toneladas	200 toneladas

Quadro 2: Variação da produção, tipos e quantidade de produtos comercializados pela COOFRUTA entre os anos de 2002 e 2019.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019/ SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013.

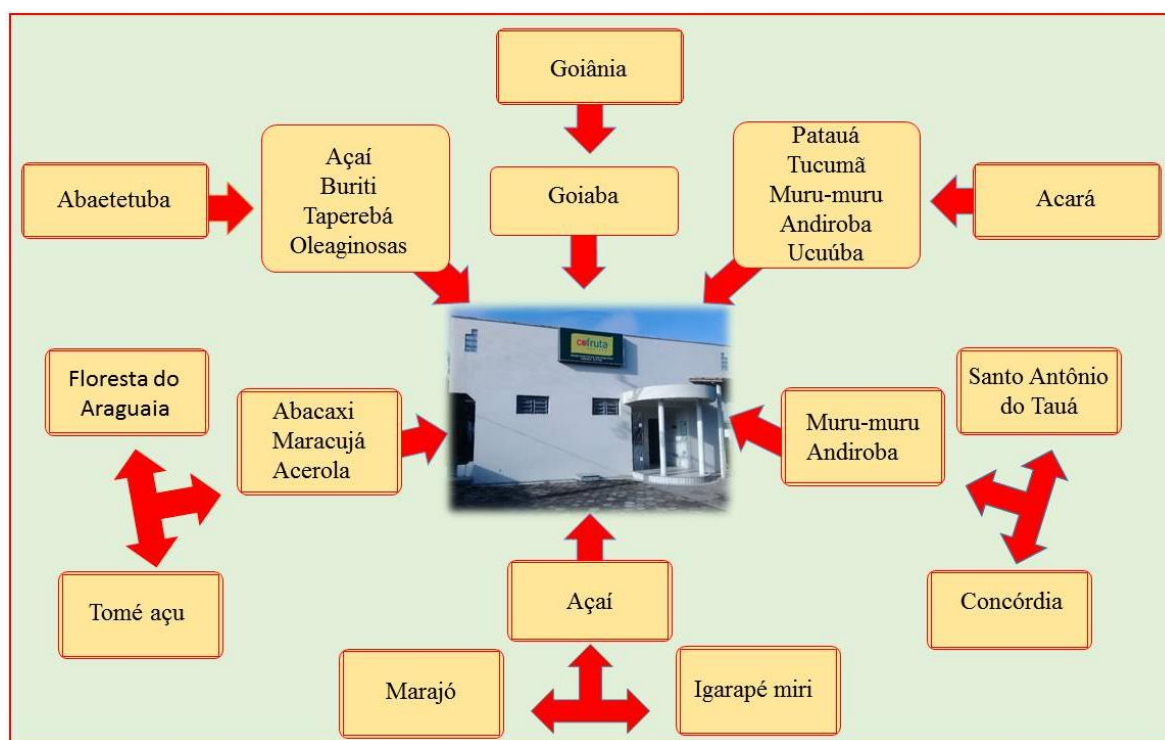
A COFRUTA entrega óleos e manteiga em baldes de 18 litros, sendo que a natura é um dos principais compradores, e o preço pago é variado, dependendo da oleaginosa, em cada litro entregue, exemplos disso é o muru-muru¹⁷ (*Astrocaryum muru muru* Mart.) que a cooperativa recebe a importância de R\$ 14,00 por cada litro comercializado, e para a Fevilha (*Fevillea* spp.) se paga o valor de R\$ 152, 00 por litro. Sendo que a mesma paga R\$ 4,00 e R\$ 17,00, respectivamente, no quilo *in natura* do produto. O muru-muru além de uma alternativa de produção, apresentar grande potencial econômico para as comunidades extrativistas, bem como seus frutos verdes (amêndoa) servem para alimentação (EMBRAPA, 2004), seu óleo e manteiga tem fortes propriedades nutritivas e hidratantes para o corpo e cabelos (PINTO, 1963).

¹⁷ Uma comunidade, proprietário ou empresa terá autorização para manejar o muru-muru somente após se cadastrar no órgão competente (área federal no Ibama e estadual no Imac). Quando comunitário, o cadastramento deve ser feito por um técnico em nome de uma associação registrada e com a documentação em dia (EMBRAPA, 2004, p. 27).

A COFRUTA possui alta demanda produtiva, e para suprir essas necessidades conta com o envio de nove cidades (figura 1) com uma diversidade de 12 principais produtos divididos entre frutíferas e oleaginosas.

Na figura 2 é possível observar os locais de onde advém as matérias primas comercializadas para a COFRUTA, sejam eles advindos de agricultores cooperados ou não. Esta matéria prima vem de pelo menos 9 localidades diferentes, porém o maior colaborador é o município de Abaetetuba. Também compra produtos de fora do estado como a goiaba comprada do município de Goiânia. É válido ressaltar que a grande parte da produção utilizada na unidade fabril é da cidade em que encontra-se inserido e das localidades da região que a mesma faz parte, gerando assim valorização da AF, ganhos em conhecimentos técnicos e assessoria entre outros benefícios.

Figura 3: Cidades e tipos de frutas comercializadas para a COFRUTA.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No final do mês de julho de 2019 a cooperativa firmou contrato com a Prefeitura Municipal de Abaetetuba para o fornecimento de polpas e alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar no valor de R\$ 120, 000.00, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vale ressaltar que a mesma não fornece somente polpas mais produtos como hortaliças, verduras e frutas in natura. Essa parceria permite a COFRUTA

comercializar cerca de 30 toneladas para as escolas do município. Ainda no estado comercializa para a empresa SODEXO¹⁸ aproximadamente 60 toneladas de polpas. E também para outros estados, dentre os quais podemos destacar Fortaleza e São Paulo, com 50 e 20 toneladas, respectivamente, comercializadas no ano de 2018. Cabe aqui um esclarecimento, os dados acima apresentados correspondem a quantidade de polpas em quilos comercializadas pela cooperativa, a mesma também comercializa óleos e manteiga provenientes da extração das oleaginosas, cerca de 10 toneladas por ano, destes 7 toneladas são manteigas e o restante são óleos resultantes do beneficiamento de cerca de 30 toneladas de sementes oleaginosas.

Essa Associação tem conseguido buscar soluções, de forma coletiva, para os entraves da produção agrícola, em uma região onde a falta e/ou deficiência de serviços coletivos constitui uma das maiores barreiras ao desenvolvimento endógeno, cujo recurso primeiro são ações de solidariedade e cooperação entre os sujeitos da agricultura familiar ribeirinha. (REIS et al., 2015, p. 139).

É indiscutível que a inserção da incubação na cooperativa foi de suma importância para o crescimento dos cooperados, principalmente econômico, LECHAT (2003) ressalta que durante o período de incubação os cooperados devem adquirir experiência e preparo, de maneira tal, que quando acontecer a desincubação a cooperativa possa ter autonomia para desenvolver a autogestão plena tanto de sua atividade econômica como do seu processo coletivo, em uma gestão democrática. O que possibilita considerar múltiplos aspectos que contribuirão para o sucesso da cooperativa.

Um outro meio que tem fortalecido o segmento da agricultura familiar no Brasil, é o apoio de alguns programas governamentais tais como o PRONAF, o PAA, e o PNAE (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014). Ressalta-se que as políticas públicas de custeio agrícola são essenciais para o desenvolvimento, não somente econômico, mas também social, no sentido de fortalecimento dos agricultores familiares. Mas ainda é necessário ampliar este acesso (SABOURIN, 2006).

Magalhães *et al.* (2017) nos apresenta o conceito de políticas públicas como um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta as demandas e interesses envolvidos. Estas se bem implementadas e geridas propiciam o bem estar social dos envolvidos. Santos *et al.* (2014) afirma que “as políticas públicas destinadas para a agricultura, de alguma forma tem reforçado esse modelo ao não

¹⁸ Empresa terceirizada do ramo de alimentos e limpeza responsável pela compra e transformação da polpa em suco para distribuição em outras quatro empresas para quem presta serviços .

estabelecer claramente o papel demandado de distintos modos de produção, como aqueles praticados pela agricultura convencional e a familiar”.

Silveira (2009) ressalta: a emergência de políticas públicas que visem a melhoria da agricultura familiar, destacando o plano nacional como interesse nas agriculturas tradicional e indígena no âmbito do PRONAF, a política nacional de povos e comunidades tradicionais, o programa nacional do patrimônio imaterial, o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, a política nacional para produtos da sociobiodiversidade, o crescimento de redes de comércio justo, a disseminação dos princípios da economia solidária, o crescimento de formas de certificação de produtos do extrativismo e da agricultura familiar como possibilidades de agregação de valor e reconhecimento da importância de produtos locais. O IBGE (2016) destaca que “é possível afirmar que a construção de políticas públicas que busquem estimular a continuidade nos estudos e minimizar o desencorajamento com o mercado de trabalho” “[...]de modo que o mercado de trabalho passe por transformações estruturais no sentido da inclusão dos jovens, principalmente mulheres, ainda em desvantagem pelas desigualdades de gênero identificadas” favorecendo a participação dos jovens, das mulheres nos processos produtivos sem tirar sua oportunidade de se capacitar e adquirir conhecimento por meio dos estudos.

5.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA COFRUTA

5.5.1 Desafios dos cooperados

Durante a pesquisa algo relatado nas entrevistas é que a cooperativa não possui capital de giro, pois o dinheiro que entra é imediatamente investido, o que acaba gerando reclamação por parte dos sócios e consequentemente a perda de insumos para a produção necessária, ou seja, se o produtor tiver que escolher entre a cooperativa e o atravessador para a comercialização dos seus produtos, o atravessador é priorizado porque faz o pagamento da mercadoria na hora e em dinheiro, a cooperativa por sua vez, faz a compra e só realiza o pagamento quando recebe o valor pela produção vendida, isso pode levar meses. O produtor que necessita do dinheiro para manutenção da família desiste da venda de grande parte da produção para a cooperativa. Como reforça Santos (2005, p. 4),

A estrutura de capital das cooperativas possui algumas especificidades, em função de serem organizações que não objetivam a obtenção de lucro em suas operações

(com seus associados) e serem formadas por quotas de capital. O capital social não constitui para o cooperado, um atrativo, em função da não atribuição de nenhuma vantagem financeira ou poder de administração da sociedade, de forma proporcional à sua participação na formação do capital. Ainda assim, o capital tem importância fundamental para o desenvolvimento da organização. Isto porque um dos condicionantes do investimento é o capital próprio ou patrimônio líquido.

Até o ano desta pesquisa 90% dos sócios estão quites com o pagamento da cota parte, no entanto uma reclamação visível é a falta de pagamento da taxa de adesão por parte de muitos que se associam.

Segundo estudos (Damasceno, 2009, Sette; Sette; Souza, 2005) na medida em que as cooperativas são formadas também desaparecem. Damasceno (2009) entende que,

[...] uma das principais problemáticas são as divergências entre os sócios, por isso é importante encontrar um ponto de equilíbrio entre os interesses de cada membro da sociedade e os objetivos coletivos simbolizados nas necessidades da cooperativa em permanecer ativa e dinâmica. Uma cooperativa é um instrumento que fortalece para quem dela participa. Entretanto, a história tem mostrado que, em muitos casos, estas “são administradas de maneira pouco profissional – o que geralmente decorre de capital social baixo - e, em consequência, perdem competitividade, vindo a enfraquecer” ou por diversos fatores podem se desfazer/desaparecer (DAMASCENO, 2009, p. 40).

O fato de haver divergência entre seus participantes é o início, mas o principal é não serem criados espaços de diálogos para resolver, o que levam a conflitos.

Sabourim (2006, p. 79) aponta o fato que muitas cooperativas não obtiveram sucesso e longevidade,

[...] tendo em vista que nem todos os integrantes conseguem ultrapassar a forma de pensamento individual, a leitura da realidade a partir do valores predominantes da economia capitalista e machista. No entanto, muitas experiências foram fortalecidas e produziram essa nova forma de produção e sociabilidade entre seus cooperados.

Outra problemática encontrada na pesquisa é a alta taxa paga pela COFRUTA a concessionária de energia do município, algo em torno de R\$ 20.000,00 mensais, visto que os equipamentos consomem muita eletricidade e por tempo prolongado, no caso das câmaras frias e túnel de resfriamento esse tempo é 24 horas diários. A mesma ainda não possui fonte de energia renovável, o que demonstra a necessidade de projetos com esta finalidade.

5.5.2 Perspectivas para a sustentabilidade da COFRUTA

Atualmente existe um direcionamento da sociedade para visibilizar ações em prol da sustentabilidade. Na academia, nos movimentos sociais e na agricultura familiar pauta-se a Agroecologia como possibilitadora. Não somente por reconhecer e valorizar a agricultura familiar mas por propor alternativas aos atuais padrões produtivos no Campo.

Desenvolver propostas sustentáveis que gerem renda deve ser um objetivo para qualquer organização social, principalmente as que trabalham com a agricultura familiar e seus produtos, que são altamente biodiversos.

Na COFRUTA existe o manuseio de uma variedade de produtos (Tabela - 3) que geram diversos subprodutos e resíduos, por esta razão o seu reaproveitamento é uma alternativa não só para redirecionar o descarte mas para trazer benefícios como um todo para os cooperados e o município onde está localizada. Dentro dessa nova perspectiva enquadra-se o reaproveitamento de cascas de frutas seja para geração de energia, composto orgânico, produção de ração animal como para produção de outros produtos (sabonetes, artesanatos), dentre esses resíduos o caroço de açaí é o que se mostra com maior potencial.

Tabela 3: Produtos, subprodutos e resíduos gerados na COFRUTA.

Produtos	Subprodutos	Resíduos
Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)	Polpa	Caroço
Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)		
Acerola (<i>Malpighia glabra</i> L.)		
Taperebá (<i>Espondias lutea</i> L.)		
Manga (<i>Mangifera indica</i>)		
Miriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L. f.)		Casca e caroço
Cupuaçu (<i>T. grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K. chum.)		
Maracujá (<i>Passiflora alata</i>)		Caroço e talo
Abacaxi (<i>Ananas comosus</i> (L.) Merril)		
Muru-muru (<i>Astrocaryum muru-muru</i> Mart.)	Óleo e manteiga	Torta
Andiroba (<i>Carapa guianensis</i>)		
Ucuúba (<i>Virola surinamensis</i> (Rol.) Warb.)		
Fervilha (<i>Fevillea</i> spp.)		
Tucumã (<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.)		
Patauá (<i>Oneacarpus bataua</i>)	Óleo	
Total: 15	3	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Do total de 15 produtos 60% são utilizados para a produção de polpas de frutas que geram três tipos de resíduos diferentes, como vimos na Tabela 3, e que poderiam ser utilizados para composto orgânico, rações e fornecimento de calor na caldeira, 33,3% são destinados a produção de óleos e manteiga e 6,7% somente para óleo.

A organização por meio de cooperativas e associações por “pessoas que vivem do extrativismo” é essencial para o “fortalecimento da comunidade, que poderá fazer parcerias com organizações governamentais e não-governamentais”, o que aumenta o fluxo de informações e “possibilita a obtenção de financiamento para melhorias no escoamento e comercialização, além de apoio técnico à produção, convergindo na valorização e modernização da atividade extrativista” (SOUSA et al., 2004, p. 28).

Para que haja um crescimento mais estruturado da COFRUTA, propõe-se a instalação de placas solares, fonte de energia limpa, que possibilitaria a eliminação parcial ou total dos gastos mensais com eletricidade. Há também uma perspectiva de utilização das cascas e resíduos para a produção de rações para animais e ainda a distribuição dos excedentes de resíduos para adubação das produções dos cooperados gerando menos impacto ao ambiente e possibilitando a proteção e o aproveitamento dos recursos florestais obtido pelo manejo sustentado possibilita a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais, para os distintos segmentos da cadeia produtiva advinda do extrativismo (SOUSA et al., 2004, p. 28-29). Assim como a criação de uma poupança informal, que seria a contribuição mensal de uma certa quantia por todos os cooperados e a cada final de mês um membro recebe a quantia total, isso servira para todos os membros que contribuíram, que segundo os autores pode facilitar a cooperação (PUTNAM, 1993 p. 168 *apud* GALVÃO et.al., 2006, p. 70-71).

As agroindústrias além de agregar valor e facilitar a comercialização de produtos aumenta o envolvimento da família nos processos produtivos e sua renda (FANTINELLI et al., 2016, GODOY; WIZNIEWSKY, 2013, PREZOTTO, 2002), condições necessária para favorecer uma melhor qualidade de vida e fortalecer a agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COFRUTA é de fato uma demonstração do que a agricultura familiar pode conseguir através de uma organização coletiva, pois essa organização contribuiu fortemente para a autonomia dos cooperados.

É necessário reconhecer a importância da agricultura familiar que em relação a pesquisa desenvolvida demonstrou nove estratégias diferenciadas para alcançar seus objetivos, as quais foram divididas entre estratégias sociais (ser cooperado, capacitações, fazer parcerias, desenvolver a economia solidária); culturais (modificar processos produtivos, implantar novos cultivos e realizar mutirões) e econômicas (comercializar para diferentes nichos e acesso a financiamentos) por meio da COFRUTA o que também possibilitou inovação, o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis, a geração de renda, maior organização social e valorização de sua identidade.

No período pós incubação a queda da produtividade da COFRUTA vem sendo um dos entraves no processo cooperativista de seus membros, afetando diretamente o desenvolvimento local, gerando desconfiças frente ao futuro. É necessário frisar que esta possui um potencial produtivo e de crescimento altíssimo e somente necessita de facilitadores para este processo.

Cooperativas como a COFRUTA sem dúvidas são um modo mais eficaz utilizado pela agricultura familiar camponesa da Região do baixo Tocantins no enfrentamento/ resistência aos grandes projetos de cunho cruel e desigual implantados pelo capital nacional e transnacional que lucra por meio da exploração dos recursos naturais e miséria das populações locais, possibilitando o acesso a novos patamares socioeconômico de sustentabilidade.

Durante a pesquisa encontrou-se algumas barreiras que nos impediram de aprofundar os estudos acerca de resultados mais concretos sobre os benefícios socioeconômicos gerados principalmente pela falta de dados das produções e do processo de incubação anos iniciais até o ano da pesquisa. Torna-se necessário mais pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr., 1998.

AHLERT, E.M. Sistema de indicadores para avaliação da sustentabilidade de propriedades produtoras de leite. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015.

ALEXANDRE, Magda Franciane Nascimento. Os sistemas de produção da agricultura familiar em áreas de assentamentos rurais no município de Paragominas - PA: uma via para a transição agroecológica?. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém. 179 f.

ALTIERI, M.A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA, ano 13, nº. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.

AMORIM, Brunu Marcus F; ARAÚJO, Herton Ellery. Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?. Nota técnica IPEA. mercado de trabalho, 2004, p. 45-52.

ANDRADE, Lucia Cristina et al. Adoção de Novos Paradigmas na Organização e Gestão de Empreendimentos Solidários: Um estudo sobre o processo produtivo do açaí através das associações e cooperativas no território rural do Baixo Tocantins - Pará - Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco -AC. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2008.

ANVISA. Guia de alimentos e vigilância sanitária. Brasília: ANVISA, 2019. 40p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Associativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008 36 p.

CALDAS. M. M.; WALKER, R.; SHIROTA, R.; PERZI, S.; SKOLE, D. Ciclo de vida da família e desmatamento na Amazônia: combinando informações de sensoriamento remoto com dados primários Revista Brasileira de Economia, v. 57, n.4, Rio de Janeiro Oct. /Dec. 2003.

CRUZ, Antonio. É caminhando que se faz o caminho diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, vol. 4, núm. 8, diciembre, 2004, pp. 38-57. Universidad de los Andes. Mérida, Venezuela. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62240803>.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

FANTINELLI, D. G., et al. A Agricultura Familiar e suas Estratégias de Sobrevivência. 1º seminário nacional de desenvolvimento regional sustentabilidade socioeconômica e ambiental no contexto regional. FACECAT. p. 14. 2016.

FERREIRA, C. A. L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. Revista Mosaico, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015. Goiânia 2009

FREITAS, J. B. de, QUALIDADE NUTRICIONAL E VALOR PROTÉICO DA AMÊNDOA DE BARU EM RELAÇÃO AO AMENDOIM, CASTANHA-DE-CAJU E CASTANHA-DO-PARÁ

FRUTÍFERAS E PLANTAS ÚTEIS NA VIDA AMAZÔNICA. / Editores, Patrícia Shanley, Murilo Serra, Gabriel Medina; Ilustradores, Silva Cordeiro, Miguel Imbira. – 2ª ed. rev. ampl. – Bogor, ID: Cifor, 2010.

GALVÃO, C. A. et al. Análise de algumas experiências de Associações Rurais sob a ótica do Capital Social: Discussão teórica e algumas evidências empíricas na Área Rural. In: Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural/ Eric Sabourin (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23, 2006. 280 Pp ISSN 0103.510X

GONÇALVES, A. S. da S. Território Ribeirinho: um “mapeamento” das ações e representações no rio Tucumanduba em Abaetetuba-PA. **Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPa)**. Belém 2016, 128 p.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; GREGOLIN, Graciela Caroline; MATTIA, Vinícius; CORBARI, Fábio; ZONIN, Valdecir José; ZONIN, Wilson João. Agricultura familiar e economia solidária: contextualização e apontamentos iniciais sobre uma aproximação com os 17 objetivos para transformar nosso mundo. **Revista Orbis Latina**, v. 7, n. 2, p. 45-74, 2017.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 7-19, Jun., 1988.

JUNQUEIRA, L. A.P. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. XXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, Campinas-SP, 2001.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. in: economia solidária. palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LECHAT, N.M.P. Economia Moral. In: Cattani, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LECHAT, N.M.P. Economia Moral. In: Cattani, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LUNZ, A. M. P. Quintais agroflorestais e o cultivo de espécies frutíferas na Amazônia. EMBRAPA, 2007.

MAGALHÃES et al. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia oriental. In: Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas / Organizadores Aquiles Simões e Matheus Benassuly – Belém: NUMA/UFPa: GEDAF, 2017. p. 41 – 76.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B.; **A ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS NA PESQUISA QUANTITATIVA**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP, 2012.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. Novos estudos. Novembro de 2007.

MORAIS, Edson Elias; LANZA, Fabio; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; PELANDA Sílvia Schroeder. Collectively owned properties, co-operativism and solidary economy in Brazil. **Revista Serviço Social e Social**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar., 2011.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói: Alternativa, 2013. 431 p.

MUNIZ et al. Perfil socioeconômico e os benefícios da cooperativa mista dos agricultores entre os rios Caeté e Gurupi COOMAR, em Santa Luzia do Pará. II congresso Internacional das Ciências Agrárias COINTER – PDVAgro. PARÁ, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Jose Rodrigues de. **Incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas**. 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Ingrid/Downloads/OLIVEIRALUIZJOS%C3%89RODRIGUESDE.pdf> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.

OLIVEIRA, Renata Sibéria; SANTOS, Josefa de Lisboa. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo – Uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral-CE**, v. 14. N. 1, p. 69-80, 2012.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 52, n. 01, p. 139-156, jan./mar 2014.

PISICCHIO, Rosely Jung. Os sentidos do trabalho e o papel das incubadoras de empreendimentos solidários do Paraná. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2016.

REIS, A. A. dos.; NASCIMENTO, W. L. N. do.; FELIZARDO, A. O.; Santos, A. R. da S. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense**. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n. 22, 2015.

SABOURIN, Eric. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural. Eric Sabourin (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23. 2006. 280 Pp.

SANTOS, C. K. N. dos. et. al. Projeto Batata-doce: Bioenergia na agricultura familiar. Palmas, TO, 2007.

SANTOS, E. Decisões financeiras em uma cooperativa agropecuária: uma análise pelo modelo Fleuriet. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. Ribeirão Preto, *Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Fearp, v. 1. p. 38-58, 2005.

SETTE, A. T de M. e S.; SETTE, R. de S.; SOUZA, M. de. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. XLIII congresso da SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005

SILVA, C. G. da; DIAS, A .D; MORAES; Y.S. & MORAES, S. C. Turismo e sustentabilidade nas comunidades varzeiras do município de Abaetetuba, Estado do Pará. **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL on line** – v.7, n. 2 – Abr – 2013.

SILVA, A. R. P. e, Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: Contribuições e Desafios do PITCPES/UFPA a partir da Analise da cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA. Natal, 2010.

SILVA, A. R. P.; BARBOSA, M. J. de S.; ALBUQUERQUE, F. dos S. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba. Ver. Adm. Pública. Rio de Janeiro, 47 (5): 1189-1211. 2013.

SINGER, Paul; SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perceu Abramo, 2013.

SOUZA, J. A. de. et al. Manejo de murmuru (*Astrocaryum* spp.) para produção de frutos. Rio Branco, AC: Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar, 2004. 30 p.

SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de, ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos, MAIA, Jose Orlando Oliveira, REIS, Paulo Jorge Neves. Estudo de caso: A agricultura familiar e a geração de renda na Amazônia: uma abordagem empreendedora no município de Parintins AM. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.7, n.3, p.01-17, TRI III. 2013.

SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Cap. 4, p. 137-171.

TOLEDO, Victor M. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. / Victor M. Toledo; Nasciso Barrera – Bassols; tradução [de] Rosa L. Peralta. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015. 277p.

UENO, V. A. et al. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo, 2016. Disponível em: www.alice.cnptia.embrapa.br › alice › bitstream › doc. Acesso em: 08/12/19.

UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas. População e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: Una nueva ruralidad em América latina?. Norma Giarracca. Argentina, 2001, p. 31-44.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. Texto preparado para a Aula Inaugural ministrada no CPDA/UFRRJ. 2003, p. 42-61.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. ***Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil***. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. 151p. ISBN: 978-85-268-0957-4

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA COOFRUTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PARÁ

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA COFRUTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA- PARÁ

Data da entrevista: ____/____/____

Nº do questionário: ____

Entrevistador: _____

1) Nome: _____

2) Naturalidade: _____ 3) Sexo: () Masculino () Feminino

4) Idade: ____ anos DN: ____/____/____ 5) Profissão: _____

6) Número de pessoas da família?

7) Recebe algum auxílio? (Aposentadoria, bolsa família, pensão, outros...)

() sim () não Qual?

8) Alguém da sua família trabalha assalariado? Quantos?

() sim () não

9) Como se auto –define? (Produtor, agricultor familiar, pescador, outros...)

10) Você ou algum membro de sua família participa de alguma organização social? Qual? A quanto tempo?

10.1) Nome da organização? _____

12) Sua casa é:

() própria () alugada () cedida

13) Como era sua casa antes de entrar na cooperativa e atualmente (2019)?

Antes: () madeira () alvenaria () pau-a-pique () _____

Nº de cômodos:

Banheiro: () sim () Não de _____.

Atualmente: () madeira () alvenaria () pau-a-pique () _____

Nº de cômodos:

Banheiro: () sim () Não de _____.

14) Bens:

() geladeira () máquina de lavar () televisão () som () moto () terreno () outros, quais?

15) Benfeitorias no terreno:

() cerca () muro () galpão () casa de farinha () máquina de açaí () bomba () poço

16) Qual o grau de importância desses bens e benfeitorias?

17) Forma de acesso a sua propriedade e onde se localiza (Estrada de terra, pista, ruas...)

18) Qual a importância da COFRUTA para sua vida?

SOBRE A COOPERATIVA

1) Abastecimento de água:

() Rede geral () poço artesiano () poço a céu aberto () outro

2) Energia elétrica:

() rede () gerador () solar

3) Eliminação de resíduos onde? Utiliza para algo? Sim () Não () Por que não usa?

4) A que distância do local de produção depositam os resíduos?

5) Condições do terreno:

() firme () alagado () com declividade

6) Destino do lixo:

() coleta seletiva () coleta publica () queima ____ vezes na semana?

7) Tamanho da estrutura da cooperativa?

Anos	Tamanho da cooperativa (m ²)	Nº de cômodos
2002 – 2004		
2005 – 2017		
2018 - 2019		

8) Materiais utilizados

Materiais	Quantidade
Câmaras frias	
Túnel de resfriamento	
Despolpadora	
Envazador	
Selador	
Pasteurizador	
Maquinas de açaí	
Embaladora	
Tachos de fervura	
Tacho giratório	
Prensa	

--	--

9) Transporte que possui

Transporte	Capacidade
Caminhão frigorífico	
Carro (frigorífico)	
Moto	
Rabeta ou lancha	

10) Produção

Antes da incubadora			
Produto	Quantidade	Valor da compra	Valor da venda

Durante a incubadora			
Produto	Quantidade	Valor da compra	Valor da venda

Após a incubadora			
Produto	Quantidade	Valor da compra	Valor da venda

11) Como é realizada a seleção dos produtos?

12) Como e quais procedimentos são tomados para a análise da qualidade dos produtos?
Quantas vezes no ano? É para cada produto?

13) Com que empresas ou organizações a COOFRUTA tem parcerias e/ou contrato? Quanto tempo?

14) Valor pago nas produções dos cooperados?

Antes da incubadora		
Produto	Quantidade	Preço (kg)
Açaí		
Goiaba		
Maracujá		
Taperebá		
Abacaxi		
Acerola		
Cupuaçu		
Manga		
Miriti		

Durante a incubadora		
Produto	Quantidade	Preço (kg)
Açaí		
Goiaba		
Maracujá		
Taperebá		
Abacaxi		
Acerola		
Cupuaçu		
Manga		
Miriti		

Após a incubadora		
Produto	Quantidade	Preço (kg)
Açaí		
Goiaba		
Maracujá		
Taperebá		
Abacaxi		
Acerola		
Cupuaçu		
Manga		
Miriti		

15) A COOFRUTA possui capital de giro?

() sim () Não Por que?

16) Resíduos da produção

Açaí	
Cupuaçu	
Maracujá	
Abacaxi	
Acerola	
Goiaba	
Taperebá	
Manga	
Miriti	
Muru-muru	
Ucuuba	
Andiroba	

17) O que se produzia (produtos e financeiros)?

Períodos	2 meses	1 ano
2002 – 2004		
2005 – 2010		
2011 - 2019		

18) Para onde comercializa? Tipo de produto comercializado?

Cidade, estado	Produtos	Quantidade

19) Número de cooperados

Antes	Durante	Depois

20) Quais capacitações já foram feitas pelos cooperados? Em que período? Foi a maioria?

Nome	Período	Nº de participantes

21) Existe alguma política de apoio a formação profissional? Qual?

22) Produtos gerados pelo beneficiamento?

<i>In natura</i>	Produto beneficiado
Açaí	
Cupuaçu	
Maracujá	
Abacaxi	
Acerola	
Goiaba	
Taperebá	
Manga	
Miriti	
Muru-muru	
Ucuuba	
Andiroba	
Manga	
Miriti	